



# Anais da Assembléia

Nº 069

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 57.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1991  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Martins.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Durval Amaral e Severino Félix (07). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. HERMAS BRANDÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de

votação da Ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e três Senhores Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para votação e prosseguimento da Sessão.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 27/91

Curitiba, 10 de junho de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 225.395.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil cruzeiros), conforme detalhamento anexo a esta mensagem.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são provenientes de "superavit" financeiro, apurado nos balanços patrimoniais do exercício de 1990, das entidades relacionadas em anexo a esta mensagem, no valor de Cr\$ 221.855.000,00 (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros) e de cancelamento de dotação da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, no valor de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANEXO A MENSAGEM Nº 27/91

ANEXO.FAC

Cr\$ 1.000,00

UNIDADE	USOS			FONTES			FINALIDADE
	O. Desp. Correntes	Investimentos	O. Desp. de Capital	TOTAL	Superavit Financeiro	Remanejamento	
Fundação de Esporte e Turismo	35.395	1.000	4.000	40.385	40.385		Manutenção, PASEP, material permanente, transfer. a municípios.
Fund. Universidade Estadual de Londrina		67.278		67.278	67.278		Para compra de Equipamentos para Universidade
Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa	36.795	10.000		46.795	46.795		Manutenção e equipamentos para laboratório
Fund. Fac. Est. de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	4.481	6.000		10.491	10.491		Manutenção, equipamentos e material permanente.
Fund. Fac. Est. de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá	4.040			4.040	4.040		Manutenção
Fund. Fac. Est. de Filosofia, Ciênc. e Letras União da Vitória		1.360		1.360	1.360		Equipamentos de informática e material bibliográfico
Fund. Fac. Est. de Educação Física de Jacarezinho	2.100	1.000		3.100	3.100		Manutenção e conclusão da cancha poliesportiva
Fund. Fac. Est. de Direito do Norte Pioneiro	6.463	8.000		14.463	14.463		Manutenção, equip. informática e ampliação das salas de aula área adm.
Fund. Fac. de Ciências e Letras de Campo Mourão		4.618		4.618	4.618		Equip. pedagógico e de informática para laboratórios
Fun. Univers. Estadual do Oeste do Paraná	25.074			25.074	25.074		Manutenção
Fund. Faculdade de Artes do Paraná	4.221			4.221	4.221		Manutenção e PASEP.
Fund. Univers. Estadual do Centro-Oeste	3.500			3.500		3.500	Convênio c/ a Secr. de Est. da Justiça, Trabalho e Ação Social
TOTAL	122.139	99.256	4.000	225.395	221.895	3.500	

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 225.395.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil cruzeiros) aos orçamentos próprios da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, da Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE, e da Fundação

Faculdade de Artes do Paraná, aprovados pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, visando dar continuidade às programações das referidas entidades, conforme anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superavit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das referidas entidades, no exercício de 1990, no valor de Cr\$ 221.855.000,00 (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros) e de cancelamento de dotação da Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, conforme anexo II desta lei, no valor de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

## SUPLEMENTAÇÃO

## ANEXO I

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP.
1000	Chefia do Poder Executivo - Entidades Vinculadas					
1020	Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR					
2211	Administração e Gerenciamento da Política de Esporte e de Turismo - FESTUR	3120,00	40	L	2,785	0025
		3131,00	40	L	7,000	0025
		3132,00	40	L	5,000	0025
		3132,00	90	L	2,000	0025
		3231,00	40	L	3,000	0025
		3280,00	40	L	1,500	0025
		4120,00	40	L	1,000	0025
2212	Apoio ao Desenvolvimento do Esporte Amador e Competições Esportivas	3120,00	40	L	2,000	0025
		3131,00	40	L	2,000	0025
		3131,00	90	L	2,000	0025
		3132,00	40	L	3,000	0025
		3132,00	90	L	1,500	0025
		3231,00	40	L	3,600	0025
		4323,00	90	L	4,000	0025
1021	Fundação Universidade Estadual de Londrina					
1019	Edificações e Equipamentos p/a Univ. Est. de Londrina	4120,00	40	L	67,278	0025
1022	Fundação Univers. Est. de Ponta Grossa					
2090	Adm. do Ensino Médio e Superior em Ponta Grossa	3132,00	40	L	36,795	0025
		4120,00	40	L	10,000	0025
1024	Fund. Univ. Est. do Centro-Oeste - UNICENTRO					
2092	Adm. do Ens. Superior na Univ. Est. do Centro-Oeste	3120,00	82	L	3,500	0097
1026	Fund. Fac. Est. de Filosofia, Ciências e Letras Jacarezinho					
2094	Adm. do Ens. de Filosofia, Ciências e Letras Jacarezinho	3120,00	40	L	1,481	0025
		3132,00	40	L	3,000	0025
		4120,00	40	L	6,000	0025
1027	Fund. Fac. Est. de Filosofia, Ciências e Letras Paranaguá					
2095	Adm. do Ens. Superior em Paranaguá	3120,00	40	L	1,500	0025
		3132,00	40	L	2,540	0025
1028	Fund. Fac. Est. de Filosofia, Ciências e Letras União da Vitória					
1085	Edificações e equipamentos para a Fac. Est. de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória	4120,00	40	L	1,360	0025
1030	Fund. Fac. Est. de Educação Física de Jacarezinho					
1089	Edificações e equipamentos para a Fac. Est. de Educação Física de Jacarezinho	4110,00	40	L	1,000	0025
2098	Adm. do Ens. Superior de Ed. Física em Jacarezinho	3120,00	40	L	400	0025
		3132,00	40	L	800	0025
		3231,00	40	L	800	0025
		3280,00	40	L	180	0025
1031	Fund. Fac. Est. de Direito do Norte Pioneiro					
1025	Edificações e Equipamentos p/a Fac. Est. de Direito do Norte Pioneiro	4110,00	40	L	4,000	0097
		4120,00	40	L	4,000	0097
2099	Adm. do Ens. Superior de Direito em Jacarezinho	3120,00	40	L	2,000	0097
		3132,00	40	L	3,000	0097
		3231,00	40	L	1,000	0097
		3280,00	40	L	463	0097
1032	Fund. Fac. de Ciências e Letras Campo Mourão - FACILCAM					
1157	Edificações e equipamentos p/a Fac. de Ciências e Letras de Campo Mourão	4120,00	40	L	4,618	0097
1033	Fund. Univers. Est. do Oeste do Paraná - FUNIOESTE					
2101	Adm. do Ens. Superior na Univ. Est. do Oeste do Paraná	3120,00	40	L	5,074	0097
		3132,00	40	L	20,000	0097
1036	Fund. Fac. de Artes do Paraná					
2088	Adm. do Ens. Superior em Ed. Artística e Musical	3120,00	40	L	1,000	0097
		3132,00	40	L	2,221	0097
		3280,00	40	L	1,000	0097
TOTAL					225,395	

CANCELAMENTO

ANEXO II

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP.
1000	Chefia do Poder Executivo - Entidades Vinculadas					
1024	Fund. Univers. Est. do Centro-Oeste - UNICENTRO					
1083	Edificações e equipamentos p/ a Univers. Est. Centro-Oeste	4110,00	82	L	3,500	0097
TOTAL					3,500	

MENSAGEM N° 28/91

Curitiba, 10 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 731.000.000,00 (setecentos e trinta e um milhões de cruzeiros), aos orçamentos das Secretarias de Estado da Cultura e da Saúde, conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE VALOR Cr\$ 1,00

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SEEC:

59.000.000

Os recursos serão utilizados para a renovação do contrato do seguro geral do prédio e das carretas do Teatro Guaíra

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA:

672.000.000

Os recursos serão utilizados pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, para aquisição de medicamentos de alto custo para pacientes de alto risco; fornecimento de alimentos para a rede hospitalar; aquisição de reagentes químicos para análises laboratoriais assim como a produção de hemoderivados; aquisição de combustível para veículos; execução de campanha antipólio; manutenção de contratos para a conservação de equipamentos odontológicos, centrais de inalação e de PABX; localização de prédios; manutenção de contratos para lavagem de roupas dos hospitais e outros.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de "superavit" financeiro da fonte OO apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar aos orçamentos das Secretarias de Estado da Cultura e da Saúde aprovados pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 731.000.000,00 (setecentos e trinta e um milhões de cruzeiros), conforme anexo I, para atender às programações das Secretarias no que se refere à renovação do contrato do seguro geral do prédio e das carretas do Teatro Guaíra e das ações voltadas à saúde, através da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, tais como: aquisição de medicamentos de alto custo para pacientes de alto risco; fornecimento de alimentos para a rede de hospitais; aquisição de reagentes químicos para análise laboratorial, assim como a produção de hemoderivados; aquisição de combustíveis para veículos; execução da campanha antipólio; manutenção de contratos para a conservação de equipamentos odontológicos, centrais de inalação e de PABX; locação de prédios; contrato para lavagem de roupas dos hospitais e outros.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de "superavit" financeiro da fonte OO apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta Lei, ficam suplementados os orçamentos próprios da Fundação Teatro Guaíra e da Fundação Caetano Munhoz da Rocha-FCMR, aprovados pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro e 1990, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

## SUPLEMENTAÇÃO

## ANEXO I

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP.
2900	Secretaria de Estado da Cultura					
2902	Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas					
2064	Programação a cargo da Fundação Teatro Guaíra	3211.03	00	L	59.000	0185
3900	Secretaria de Estado da Saúde					
3902	Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas					
2023	Programação a cargo da Fundação Caetano Munhoz da Rocha	3211.03	00	L	672.000	0185
TOTAL					731.000	

## SUPLEMENTAÇÃO

## ANEXO II

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP.
3000	Secretaria de Estado da Cultura - Entidades Vinculadas					
3071	Fundação Teatro Guaíra					
2067	Administração das atividades do Teatro Guaíra	3132.00	00	L	59.000	0185
4000	Secretaria de Estado da Saúde - Entidades Vinculadas					
4085	Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR					
2027	Administração, ampliação e manutenção do Sistema Único de Saúde - FCMR	3120.00	00	L	300.000	0185
		3132.00	00	L	372.000	0185
TOTAL					731.000	

## MENSAGEM Nº 29/91

Curitiba, 10 de junho de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, conforme detalhamento abaixo:

UNIDADE/FINALIDADE VALOR Cr\$ 1,00

09.01 - Manutenção do Gabinete do Secretário, Subvenções Sociais a entidades de atendimento ao menor e Transferências a Municípios. 53.000.000

09.03 - Manutenção da Casa

Civil. 15.000.000

09.03 - Processamento de Dados 6.880.000

09.04 - Manutenção do Cerimonial. 9.720.000

09.05 - Manutenção da Casa Militar e de aeronaves 34.000.000

09.06 - Manutenção do Gabinete do Vice-Governador. 1.400.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são provenientes de Superávit Financeiro, apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a

cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de "Superávit" Financeiro, apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP.
0900	Chefia do Poder Executivo					
0901	Gabinete do Secretário - Casa Civil					
2214	Administração do Gabinete do Secretário - Casa Civil	3120,00	00	L	1,000	0154
		3132,00	00	L	20,000	0154
2215	Atendimento a Entidades Assistenciais, Educativas e Culturais	3223,01	00	L	3,000	0154
		3223,02	00	L	17,000	0154
		3231,00	00	L	10,000	0154
		3254,00	00	L	2,000	0154
0903	Diretoria Geral - Casa Civil					
2218	Manutenção da estrutura administrativa e programática da Casa Civil	3120,00	00	L	5,000	0154
		3132,00	00	L	10,000	0154
2275	Administração dos Serviços de Informática - Casa Civil	3132,00	00	L	6,880	0154
0904	Subchefia do Cerimonial					
2219	Administração das Atividades do Cerimonial	3120,00	00	L	6,720	0154
		3132,00	00	L	3,000	0154
0905	Casa Militar					
2220	Assessoramento Militar ao Governador	3120,00	00	L	6,000	0154
		3132,00	00	L	4,000	0154
2221	Administração dos serviços de transporte aéreo	3120,00	00	L	6,000	0154
		3132,00	00	L	18,000	0154
0906	Gabinete do Vice-Governador					
2222	Administração do Gabinete do Vice-Governador	3120,00	00	L	400	0154
		3132,00	00	L	1,000	0154

TOTAL

120,000

MENSAGEM Nº 30/91

Curitiba, 10 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.907.000,00 (um milhão, novecentos e sete mil cruzeiros), aos orçamentos próprios da Biblioteca Pública do Paraná e do Colégio Estadual do Paraná, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE

VALOR Cr\$ 1,00

- BIBLIOTECA PÚBLICA DO

PARANÁ: os recursos serão utilizados para a aquisição de material de consumo.

531.000

- COLÉGIO ESTADUAL DO

PARANÁ: os recursos serão utilizados para o pagamento de estágios e para a execução de pequenos reparos na entidade.

1.376.000

Esclareço também que se os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial das entidades, no exercício de 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.907.000,00 (um milhão, novecentos e sete mil cruzeiros), aos orçamentos próprios da Biblioteca Pública do Paraná e do Colégio Estadual do Paraná, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, visando a aquisição de material de consumo da Biblioteca, bem como o pagamento de estagiários e a execução de pequenos reparos

no Colégio Estadual, conforme anexo I.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do "superávit" financeiro apurado no Balanço Patrimonial das entidades no exercício de 1990.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

## SUPLEMENTAÇÃO

## ANEXO I

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP.
3000	Secretaria de Estado da Cultura - Entidades Vinculadas					
3070	Biblioteca Pública do Paraná					
2065	Gerenciamento da estrutura administrativa e programática da Biblioteca	3120,00	90	L	531	0153
3400	Secretaria de Estado da Educação - Entidades Vinculadas					
3480	Colégio Estadual do Paraná					
2149	Administração do Colégio Estadual do Paraná	3131,00	90	L	1.376	0153
TOTAL					1.907	

Ofícios:

Presidente.

## OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/152/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 151/91: DO PODER EXECUTIVO, que institui a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC, transforma a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA em Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA e adota outras providências, a qual convertido em Lei tomou o nº 9.619. Anote-se - Arquite-se.

## OFÍCIO Nº 641/91

Curitiba, em 31 de maio de 1991.  
Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para, em cumprimento ao deliberado pela Resolução nº 6.382/91-TC, exarada, pelo Plenário deste Órgão, no protocolado sob nº 9.463/91-TC, em que é interessado o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - BADEP, dar ciência a Vossa Excelência da referida decisão, mediante o encaminhamento da mesma através de cópia anexa.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de alto e distinguido apreço.

(a) JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA

RESOLUÇÃO Nº: 6.382/91

PROTOCOLO Nº: 9.463/91

ORIGEM: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S/A - BADEP

INTERESSADO: O MESMO

ASSUNTO: ESCLARECIMENTOS

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto anexo, elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Relator, Conselheiro CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA,

## RESOLVE:

I - Assinar o prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no artigo 75, inciso IX, da Constituição Estadual, para que o Senhor liquidante do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S/A, - BADEP, permita o acesso dos técnicos designados pela Presidência aos registros, documentos e demais procedimentos relativos aos atos de gestão praticados desde 05 de fevereiro de 1991, para fins de auditoria;

II - Dar ciência aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do teor desta decisão.

Sala das Sessões, em 23.05.91

(a) JOÃO CÂNDIDO F. DA CUNHA PEREIRA  
Presidente

Curitiba, quinta, em 13.06.91

REQUERIMENTO N° 1430-D

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 1430-H

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 223/91, que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 41.120.000,00 (quarenta e um milhões cento e vinte mil cruzeiros).

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 1430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão de Regime de Urgência aos seguintes Projetos de Lei, todos oriundos de Mensagens do Poder Executivo:

Proj.de Leis n°s:

Súmula:

- |   |  |
|---|--|
| <p>136/91</p> <p>215/91</p> <p>222/91</p> <p>233/91</p> <p>234/91</p> <p>235/91</p> <p>236/91</p> | <p>Dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Estado, para 1992;</p> <p>Transforma as fundações em autarquias;</p> <p>Abre crédito suplementar ao orçamento da FUNDEPAR;</p> <p>Abre crédito suplementar aos orçamentos da FESTUR, UNICENTRO, FACILCAM e FUNIOESTE;</p> <p>Abre crédito suplementar ao orçamento da SEEC e SESA;</p> <p>Abre crédito suplementar ao orçamento da Chefia do Poder Executivo.</p> <p>Abre crédito suplementar aos orçamentos da Biblioteca Pública do Paraná e do Colégio Estadual do Paraná.</p> |
|---|--|

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1430-I

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n° 193/91, que dispõe sobre a constituição do Conselho Superior do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 1430-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER seja retirado de pauta e adiado, por três sessões, os trabalhos de discussão do Projeto de Lei de número 140/91, que altera o Parágrafo 4° do Artigo 1° da Lei 7634, de 13 de julho de 1982.

Funda-se tal pedido, Excelentíssimo Senhor Presidente, na necessidade do incremento de estudos e esclarecimentos à matéria, visando sua posterior aprovação por parte do Plenário desta Assembléia Legislativa.

Aproveitamos o ensejo para renovarmos nossos votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 1424

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos nos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, ASSOMECC, pela publicação do EXECUTIVO MUNICIPAL, como seu órgão de divulgação.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É salutar o trabalho desenvolvido, há muito tempo, pela ASSOMECC, na discussão e busca de soluções conjuntas para os problemas nos municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba. É desnecessário falar dos resultados concretos desse trabalho, principalmente, quanto a um plano de desenvolvimento integrado da Região.

A atual Diretoria, presidida pelo prefeito Francisco R. Claudino, de Mandirituba, tem se mostrado muito preocupada com o prosseguimento e fortalecimento desse trabalho. E, como prova, nos oferece, hoje, o EXECUTIVO MUNICIPAL, um espaço para a



abordagem séria das questões relacionadas à RMC.

Que se destaque a qualidade do trabalho editorial do EXECUTIVO e a sinceridade dos propósitos que orientam a sua publicação, num inquestionável serviço à nossa região e sua população.

Que do teor do presente seja dada ciência à Diretoria da ASSOMEC.

#### REQUERIMENTO Nº 1430-A

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário seja oficiado votos de louvor ao Excelentíssimo Senhor Secretário LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, pelo significativo trabalho que vêm desenvolvendo a frente da Secretaria.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO Nº 1430-J

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a V.Exa. que, após consultado este Douto Plenário, seja concedido e consignado nos Anais desta Casa e informado o homenageado, um VOTO DE LOUVOR ao Senhor FIORAVANTE DOS SANTOS, Detetive da Polícia Civil do Paraná, pelo exemplar desempenho de suas funções ao curso de 35 anos de serviços prestados à população do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

O homenageado, há 35 anos serve o Estado como Detetive da Polícia Civil, onde grangeou amizades, o respeito e admiração de todos quanto conviveram consigo, nas diversas Unidades onde desempenhou as suas funções.

A par da sua significativa ficha funcional, o Senhor FIORAVANTE DOS SANTOS, foi distinguido pelo "TROPÉU UNIÃO" da Polícia Civil, a maior laurea que pode ser recebida por um servidor policial, entre outras citações, elogios e condecorações das mais altas autoridades estaduais.

A forma como encerra a sua atividade funcional, o homenageado, que poderá ser informado à Rua Monsenhor Celso nº 225 - 8º andar, nesta Capital, se inscreve um paradigma aos seus contemporâneos e às gerações de policiais que o sucederão.

#### REQUERIMENTO Nº 1430-N

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Re-

gistro nos Anais da Casa, do 30º Aniversário de Quitandinha, Região Metropolitana de Curitiba, na data de hoje.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1430-G

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Registro nos Anais da Casa, do 24 anos de Emancipação de Matinhos, Litoral Paranaense, no dia 12 do corrente.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1430-L

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, usando das atribuições regimentais, REQUER à MESA, após a anuência do Soberano Plenário, o envio de correspondência às autoridades sumuladas, no intuito de estudarem da possibilidade, ainda este ano, da criação do Corpo de Polícia Feminina da Polícia Militar do Estado do Paraná junto ao 9º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Paranaguá.

Que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ VICENTE ELIAS, Digníssimo Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor EDNON FERNANDES ZACHARIAS, Digníssimo Presidente do Legislativo do Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Grandes cidades do Estado do Paraná, tais como a Capital - Curitiba, Londrina e Maringá, já ostentam em suas corporações militares esse importante e brioso serviço público de segurança, que é prestado pelo Corpo de Polícia Feminina da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Paranaguá, Cidade Portuária de fundamental importância para o desenvolvimento e progresso da Região Sul, que temos o orgulho de representar neste Poder Legiferante, com uma população superior a cento e cinquenta mil (150.000) habitantes, diariamente aumentada, tendo em vista o grande serviço que presta ao nosso Estado, no exercício de suas atividades portuárias e pelas próprias indústrias existentes no Município que também geram riquezas ao Paraná, merece a implantação do Corpo de Polícia Feminina - 9º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Creemos que este entendimento, também o seja, dos dignos Comandantes que ora oficiamos.

#### REQUERIMENTO Nº 1430-T

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, se oficie ao INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES, cumprimentando a entidade, seu Diretor-Presidente, técnicos pesquisadores e funcionários, pelo brilhantismo da organização e aos participantes pelo elevado nível que sustentaram na condução do Seminário PARANÁ: ANOS 80 e PERSPECTIVAS, realizado dia 12 de junho.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A proposição dos promotores técnicos/pesquisadores e direção do IPARDES era a de analisar as variações populacionais, sua migração e preferências de localização em conseqüências de mudanças econômicas e sociais a que ficaram expostas nas localidades de origem; a nova situação social que sujeitou a população em geral, percentualmente mais pobre; a variação da base produtiva do Estado, com interessantes abordagens da agricultura de subsistência até as grandes lavouras destinadas à exportação, também já em início de decadência; e, finalmente, a condução das finanças públicas e a situação atual da arrecadação e do desembolso dos recursos, sendo os quatro assuntos conduzidos até sua ênfase especial nos anos 80 - OBJETIVO DO TRABALHO.

Um painel que, embora rápido, mostrou linhas precisas e uma boa base para se estabelecer um estudo sério que tenha como escopo a mudança das tendências atuais e futuras, em busca de melhor posição social, política e econômica para o Paraná.

Pela qualidade do trabalho e pela magnífica participação dos convidados, estes demonstrando absoluto interesse pelos assuntos enfocados, justifica-se o pedido e a manifestação unânime do Poder Legislativo do Paraná aos promotores.

REQUERIMENTO N° 1422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Saúde e da Educação, solicitando a inclusão do Município Paranaense de Toledo no Programa "Minha Gente", visando à construção de três Centros de Integração de Atendimento à Criança.

Seja dado o conhecimento, mediante remessa de cópia do presente requerimento, ao Secretário de Estado da Educação e ao Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

No Município de Toledo, a exemplo do que ocorre em grande parte dos municípios brasileiros, o êxodo rural determinou o crescimento geográfico e populacional do centro urbano, com a concentração de uma população carente dos principais benefícios assegurados constitucionalmente a todo cidadão, dentre os quais, a educação. A escola convencional não atende as necessidades básicas dessa camada social.

O ensino básico de boa qualidade, enriquecido de condições de desenvolvimento integral dos educandos, é uma carência sentida por essa população. Sendo de direito, para que também as classes sociais menos favorecidas tenham acesso à formação integral, solicitamos a implantação de três CIACs em Toledo, sendo: Um na Vila Pioneira, para atender os bairros Vila Operária, Paulista, Boa Esperança, Panorama, Jardim Maracanã e outros; Um no Jardim Bela Vista e Europa, atendendo igualmente os jardins Concórdia, Pedrini, Bandeirantes, Porto Alegre e outros. Vale salientar que a clientela escolar desses bairros já dispõe de uma escola atendendo os alunos de 1a. e 2a. séries em tempo integral, implantada por iniciativa própria do Município; Um no Jardim Coopagro, atendendo também os moradores da Vila Industrial e dos Jardins Santa Maria, Menino Deus, Getúlio Vargas, Independência, Tocantins, Beker, Pancera, Filadélfia, Planalto e outros.

REQUERIMENTO N° 1423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Saúde e da Educação, solicitando a inclusão do Município Paranaense de Ouro Verde do Oeste no Programa "Minha Gente", visando à construção de um Centro de Integração de Atendimento à Criança.

Seja dado o conhecimento, mediante remessa de cópia do presente requerimento, ao Secretário de Estado da Educação e ao Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

O êxodo rural determinou o aumento do número de trabalhadores rurais volantes. No Município de Ouro Verde do Oeste, neste Estado do Paraná, pela realidade regional, o problema se verifica em grande escala, ocorrendo considerável concentração de população carente na sede do Município.

Carece, tal população, de vários benefícios sobretudo o atendimento adequado à educação e formação integral das crianças, cuja necessidade não é suprida pela escola

Diante disso urge a implantação de um Centro de Integração de Atendimento à Criança - CIAC - no Município de Ouro Verde do Oeste.

REQUERIMENTO Nº 1425

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Secretário de Transportes do Paraná, solicitando o estudo e consequente duplicação da PR-412, do trecho Praia de Leste/Pontal do Sul.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A rodovia PR-412, que liga Praia de Leste a Pontal do Sul é considerada pela Polícia Rodoviária como a terceira em número de acidentes em todo o Estado. Entre janeiro e maio deste ano ocorreram, ali, 27 acidentes. É fácil, pois, supor que esse número aumentará em muito durante a temporada.

A duplicação, além de atender às necessidades de tráfego, segurança, também servirá como estímulo aos turistas que desejarem visitar nosso litoral norte, com ganho significativo para a região.

Que do teor do presente dê-se ciência, também, ao Governador do Paraná, à Polícia Rodoviária, ao Prefeito e Vereadores de Paranaguá e à Associação de Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon.

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor professor Elias Abrão, Secretário da Educação do Paraná, solicitando melhorias nas condições de funcionamento da Escola do Grajaú, localizada no Balneário Grajaú, no Município de Paranaguá, neste Estado.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras são as reclamações de moradores e inclusive da Associação de Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon, no Município de Paranaguá, dando conta das péssimas condições em que se encontra funcionando a Escola do Grajaú, mantida pela Secretaria da Educação: desde condições físicas até relativas a pessoal e material.

Diante disso e confiante da ação competente do Senhor Secretário da Educação,

temos certeza de que breve os problemas serão sanados, a fim de que a Escola possa desenvolver um trabalho à altura da política educacional planejada e promovida pela atual administração estadual.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito Municipal e Vereadores de Paranaguá e à Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon.

REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial ao Poder Legislativo à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, solicitando ação no sentido de coibir e punir as retiradas de areia dos lotes localizados nos Balneários Grajaú e Leblon, em Paranaguá, bem como de proibir, fiscalizar e punir os responsáveis por despejos de esgoto, lixo e outros detritos no canal e no mar, naquela mesma localidade.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É um verdadeiro crime contra o meio ambiente e prova de sandice o que vem se praticando em prejuízo da natureza na localidade onde estão os Balneários Grajaú e Leblon, município de Paranaguá.

A retirada de areia, tão condenada tem alimentado interesses econômicos, sem a menor preocupação com a alteração das condições naturais da região, assim como o mar e o canal aberto, em paralelo às praias, desde a Praia de Leste até Pontal, têm servido como local para despejo de esgoto, lixo e outros detritos.

Diante disso e dos prejuízos causados aos moradores do local e à natureza é que pedimos a competente intervenção do senhor Secretário do Meio Ambiente, professor Tadeu Bento França.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e Vereadores de Paranaguá e à Associação de Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon.

REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial ao Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Paranaguá, Sr. José Elias, solicitando a programação de obras vitais de infra-estrutura nos balneários Grajaú e Leblon e região, dentre as quais:

01. Abertura de todas as ruas constantes do mapa dos loteamentos balneários

Grajaú/Leblon;

02. Retificação e dragagem do canal que corta os balneários para que muitos proprietários, atualmente prejudicados, possam utilizar seus lotes;

03. Continuidade às obras da avenida Atlântica, bem como, sejam realizadas obras de pavimentação e paisagismo das avenidas Principal, Grajaú e Guatemala;

04. Regularização do serviço de coleta de lixo;

05. Conservação das ruas nos balneários Grajaú e Leblon;

06. Regularização dos lotes que, no plano original do loteamento, conforme planta registrada em cartório, estão destinados a uso social;

07. Construção de postos salva-vidas para atender todo o trecho da orla, na faixa Grajaú/Ipanema.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A População residente na área objeto do presente requerimento tem lutado incessantemente, através da Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon, por melhorias e conquistas para a localidade.

Entretanto, apesar do esforço, muitos de seus pleitos dependem da ação da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Há dois anos, foi enviado abaixo-assinado ao Senhor Prefeito Municipal e acredita-se que tenha se extraviado, porque não houve qualquer manifestação por parte da municipalidade.

Em compromisso público, a Prefeitura de Paranaguá afirmou que aplicará todo o IPTU recolhido em obras na própria região. Diante disso, acreditamos que muitas reivindicações poderiam ser atendidas com esses recursos.

A área em questão está dentre aquelas que pleiteavam a emancipação, através da criação de um novo município, o de Pontal, que ainda não ocorreu. Entretanto, está dentro de Paranaguá e, portanto, merece à atenção da Prefeitura local.

O argumento de que a região jamais esteve abandonada vai aos poucos perdendo, nas ruas abertas, nos loteamentos não regularizados, nos esgotos a céu aberto e outros produtos da desatenção.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Vereadores de Paranaguá e à Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon.

REQUERIMENTO Nº 1430-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à MESA, após ouvido o Sobera-

no Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de enviar esforços visando dotar a Delegacia de Polícia de Matinhos de um maior contingente humano, ou seja, aumentar o número de policiais, para satisfazer as exigências desse Município, melhorando a qualidade desse importante serviço público o que, com certeza, dará mais tranquilidade aos seus moradores e àqueles que costumeiramente para lá se dirigem, para descanso e lazer, encontrando esse privilégio nas lindas praias que Matinhos possui e que estão à disposição de quem delas queiram desfrutar.

Justifica-se o presente pedido para garantir a segurança da população do Município e dos que eventualmente lá se encontram e também propiciar a Delegacia de Polícia material humano para bem desempenhar sua função.

REQUER ainda, que seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor José Maria de Paula Correia, Mui Digno Diretor-Geral da Polícia Civil do Paraná, dando-se ciência aos Excelentíssimos Senhores Francisco Carlím dos Santos e Elias José Ferreira Romualdo, respectivamente Prefeito e Presidente da Câmara Municipal do Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 1430-E

SÚMULA: REQUER, envio de Expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação. Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente ao Sr. Roberto Requião e ao Sr. Elias Abrahão, visando a liberação de recursos através de linha de crédito, do BANESTADO, para que as Prefeituras Municipais possam comprar ônibus para transporte escolar.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A abertura da linha de crédito requisitada seria de fundamental importância para a melhoria do atendimento dos estudantes, permitindo fácil acesso a Escola Pública, além de ir de encontro a idéias de nuclearização do ensino na medida em que a aquisição dos ônibus escolares constituir-se-ia em providência de fundamental importância para a sua concretização futura.

REQUERIMENTO Nº 1430-F

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário Requer seja enviado expediente aos Senhores Presidentes da SANEPAR e COPEL, no sentido de que se viabilize a unificação de cobrança das contas de água e luz, em um único talão, facilitando a vida do consumidor e economizando em serviços e pessoal por partes das Companhias.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A unificação da cobrança das taxas de água e luz, nos parece uma medida econômica e beneficiaria o usuário que de uma só vez enfrentaria a fila de pagamento de taxas, pois normalmente nunca coincidem. Além do fato de que o número de pessoal empregado na leitura das contas consumo/mês, seria reduzido, ao invés de dois, um seria suficiente. O mesmo ocorrendo para a entrega das faturas de cobrança.

Assim, solicitamos o empenho dos dirigentes dessas empresas, que muito bem vem atendendo a nossa população, em viabilizar a nossa sugestão, objetivando atender aos consumidores e a economia, com menores custos, de pessoal e serviços outros.

REQUERIMENTO Nº 1430-O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Economia correspondência conforme segue:

- A BB Corretora, criada em 1987 com a incorporação da COBEC pelo Banco do Brasil, fere o Inciso I do artigo 192 da Constituição Federal, que proíbe aos bancos atuarem em atividades não financeiras.

- A BB Corretora, utilizando a estrutura e o peso do Banco do Brasil e sem profissionais habilitados para corretagem, já é a segunda empresa do setor.

- Sua atuação no mercado de corretagem está prejudicando os corretores de seguros independentes, particularmente nas cidades do interior, onde a presença do Banco do Brasil é mais forte e atrai os principais clientes.

- Por essas razões, solicita as providências necessárias para evitar a participação desnecessária do Banco do Brasil em uma atividade que deve ser exercida por profissionais privados.

- Encaminhar em anexo cópia de nosso pronunciamento na sessão de 13.06.91.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1430-Q

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil correspondência conforme segue:

- Enviar protesto formal da Assembléia Legislativa do Paraná contra o funcionamento da BB Corretora de Seguros tendo em vista a sua presença no mercado de corretagem, além de ferir o Inciso I do artigo 192 da Constituição Federal, prejudica os corretores de seguros que vêem uma fatia de seus ganhos diminuída pela presença do Banco do Brasil, particularmente no interior.

- O volume de negócios, por maior que seja a fatia abocanhada pela BB Corretora, pouco significa para o Banco do Brasil e é uma ingerência indevida de uma instituição pública numa atividade que pode ser conduzida com eficácia por profissionais privados e independentes.

- Encaminhar em anexo cópia de nosso pronunciamento na sessão de 13.06.91.

Sala de Sessões, em 13.06.91

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1430-R

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Superintendente da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, correspondência conforme segue:

- Protestar junto à SUSEP por ter aceito o Registro da BB Corretora de Seguros, contrariando preceitos legais e prejudicando os corretores independentes.

- Denunciar que a BB Corretora está utilizando o peso dos gerentes e de outros funcionários do Banco do Brasil e, portanto, pessoas não credenciadas para corretagem.

- Encaminhar cópia de nosso pronunciamento na sessão de 13.06.91.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1430-S

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros correspondência revelando a posição da Assembléia Legislativa do Paraná sobre o funcionamento da BB Corretora, com cópia das correspondências enviadas aos Exmos. Srs. Ministro da Economia, Presidente do Banco do Brasil, Superintendente de Seguros Privados, e do nosso pronunciamento na sessão de 13.06.91.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 1430-U

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve o presente requerimento, fazendo uso de suas prerrogativas regimentais e legais, solicita manifestação favorável do Soberano Plenário desta Casa Legislativa, no sentido de oficialar ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira Almeida, Secretário de Estado da Saúde, solicitando providências da referida pasta e ou entidades subordinadas, a fim de que sejam destinados recursos necessários para a compra de uma ambulância com o propósito de atender a população do Município de Capanema.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) JOÃO ARRUDA.

## JUSTIFICATIVA:

Capanema, Município situado no Sudoeste do Estado enfrenta sérios problemas na área da saúde, no tocante ao tratamento especializado e de emergência. Os doentes são transportados a Francisco Beltrão e Pato Branco, numa distância de mais de 100 Km, em dois veículos em precárias condições, os quais devem atender, também, mini-postos de saúde nos distritos do interior, para onde se deslocam os médicos, dentistas e outros profissionais da área para prestar atendimento no meio rural.

O município, por outro lado, não tem recursos para investir em despesas de capital, e as receitas destinadas a área são absorvidas totalmente para manutenção dos serviços prestados. Desta maneira, fica claro a necessidade do auxílio do Executivo Estadual para que inúmeras pessoas não fiquem sem atendimento médico, muitas vezes custando a própria vida.

## REQUERIMENTO Nº 1430-P

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, desta Casa, solicita envio de moção ao Exmo. Senador José Eduardo Vieira, pela apresentação do Projeto de Lei, que autoriza o Governo Federal a criar a R.V.P.S.C., e determina o desmembramento da Superintendência Regional de Curitiba, da R.F.F.S.A..

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, visa a tornar autônoma a Superintendência Regional Curitiba da Rede Ferroviária Federal S/A, mediante sua transformação em empresa constituída sob a forma de sociedade autônoma, objetivando, assim, assegurar as condições de ampliação e modernização dos serviços de transporte ferroviário nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

A Constituição de uma empresa independente, com o patrimônio existente e os pa-

Curitiba, quinta, em 13.06.91

drões de eficiência administrativa e operacional praticados na Superintendência Regional Curitiba, vai permitir a alavancagem de recursos para projetos imprescindíveis ao desenvolvimento dos Estados e que se apresentam com viabilidade comprovada do ponto de vista econômico.

Que antigamente a Rede Viação Paraná e Santa Catarina funcionava de forma satisfatória e superavitária.

Hoje os dois Estados, onde ela funciona, mas sob a direção do Governo Federal, com sede no Rio de Janeiro, continuam fazendo da empresa, ou também uma empresa com superávit. No entretanto, essa boa ou excepcional condição de gerenciamento nesses dois Estados, em nosso benefício, muito pouco tem sido revertido.

Na maioria das vezes, recursos daqui, em razão da personalidade jurídica da empresa, são remetidos à Sede no Rio de Janeiro e utilizados para tapar déficits de outras empresas de transportes de interesse do Governo Federal, naquela cidade, como é o caso do metrô, com isso sendo oportuna a campanha pelo retorno da Rede Viação Paraná e Santa Catarina, cuja luta, convoco todos os segmentos vivos da sociedade, muito especialmente o Governador do Estado, o Secretário dos Transportes, bem como, a Associação Comercial do Paraná, Federações da Agricultura do Comércio, OCEPAR, OAB, etc.

## REQUERIMENTO Nº 1430-M

Senhor Presidente.

Pego a gentileza de tornar sem efeito o requerimento de informações de cópia anexa, expedido pelo gabinete deste Deputado no último dia 27 de maio.

Sala das Sessões em 13.06.91.

(a) RAFAEL GRECA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência, REQUERER que, após ouvido o douto Plenário, sejam requisitadas do Senhor Governador do Estado informações que esclareçam o valor gasto com veiculação de anúncio em todos os grandes jornais que circulam em território brasileiro, chamando a atenção dos leitores para entrevista que o Senhor Roberto Requião concederia aos repórteres do programa "Crítica e Autocrítica", lançado ao ar pela Rede Bandeirantes de Televisão, no domingo último, dia 26, às 23:00 horas.

Tal pedido se justifica, porque a propaganda veiculada foi de ordem pessoal e não visando os interesses do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) RAFAEL GRECA



Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 237/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de OURILÂNDIA, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, conservando-se as divisas e confrontações do atual Distrito Administrativo e Judiciário de Ourilândia, Município de Barbosa Ferraz, como segue:

Partindo da foz do rio Campo com o Rio Mourão, subindo em linha reta pela divisa da gleba 6 (seis) com 8 (oito) da Colônia Mourão, até encontrar a divisa da Gleba Corumbataí, seguindo pela linha de divisa das Glebas Corumbataí e Gleba 6 (seis) e 4 (quatro) 2ª parte, e Gleba 4 (quatro) 1ª parte, até encontrar o ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ourilândia, criado pela Lei n. 4668, de 31 de dezembro de 1962, preenche todos os requisitos necessários para a sua Emancipação Política, consoante a Lei n. 56/91.

Quanto seu aspecto, sócio-econômico não resta dúvida de sua prosperidade, haja vista, que está encravado em uma das regiões mais ricas do Estado do Paraná. Suas terras são férteis e constituídas de pequenas e médias propriedades.

É importante salientar que todos os países desenvolvidos do mundo passaram, necessariamente, por uma fase de descentralização administrativa, seja na América do Norte, seja na Europa, seja nos países socialistas.

A França tem o tamanho da Bahia e é menor que o Estado de Minas Gerais, estando subdividida em 97 (noventa e sete) Estados denominados "departamentos" tendo trinta e cinco mil municípios; a Alemanha Ocidental tem 248.000 km<sup>2</sup> (duzentos e quarenta e oito mil quilômetros quadrados) de área territorial, exatamente igual à área territorial do Estado de São Paulo, subdividida em 18 (dezoito) cantões" (cada um correspondente a um Estado) e, tem 14.000 (quatorze mil) municípios; A União Soviética tem 55.000 (cinquenta e cinco mil) Câmaras.

O Brasil é 35 (trinta e cinco) vezes maior que a Alemanha, e, 16 (dezesesseis) vezes maior que a França, e, tem somente 27 (vinte e sete) Unidades Federativas e aproximadamente 4.500 (quatro mil e quinhentos) municípios.

Parece-nos, portanto, salutar a Eman-

cipação Política do distrito em questão.

PROJETO DE LEI Nº 238/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de ARAPUAN, desmembrado do Município de Ivaiporã, conservando-se as divisas e confrontações do atual Distrito Administrativo e Judiciário de Arapuan, Município de Ivaiporã, como segue:

Começa na cabeceira da ponte sobre o Rio Bolha, à margem da estrada que liga Ivaiporã a Arapuan e daí pela margem esquerda da estrada referida, contornando e incluindo o patrimônio de Arapuan, segue pela margem esquerda desta estrada até a Escola Júlio Tuvardoski, e daí, em rumo Norte pela estrada da Placa Água Fria até o Rio Corumbataí e daí pela margem direita, descendo até a linha que divide o Município de Jardim Alegre e por esta linha seca até a margem esquerda do Rio Bolha, subindo por este até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de ARAPUAN, criado pela Lei n. 5.528, de 20 de fevereiro de 1967, preenche todos os requisitos necessários a sua emancipação Política, de acordo com a Lei n. 56/91.

No que se refere ao seu aspecto sócio-econômico, não resta dúvida de sua prosperidade, de vez que está situada numa das regiões mais ricas do Estado do Paraná. Suas terras são férteis e constituídas de pequenas e médias propriedades.

Vale ressaltar que todos os países desenvolvidos do mundo passaram, necessariamente, por uma fase de descentralização administrativa, seja na América do Norte, seja na Europa ou, ainda, nos países socialistas.

A França tem o tamanho da Bahia, sendo menor que o Estado de Minas Gerais, estando subdividida em 97 (noventa e sete) Estados denominados "Departamentos", e possui cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) municípios; a Alemanha Ocidental tem 248.000 Km<sup>2</sup> (duzentos e quarenta e oito mil quilômetros) de área territorial, exatamente igual à área territorial do Estado de São Paulo, subdividida em 18 (dezoito) "Cantões" - cada um correspondente a um Estado - e, tem 14.000 (quatorze mil) municípios; a União Soviética tem 55.000 (cinquenta e cinco mil) "Câmaras"

O Brasil é 35 (trinta e cinco) vezes maior que a Alemanha, e 16 (dezesesseis) vezes maior que a França e tem somente 27

(vinte e sete) Unidades Federativas e aproximadamente 4.500 (quatro mil e quinhentos) municípios.

Parece-nos, portanto, salutar a Emancipação Política do distrito em questão.

PROJETO DE LEI Nº 239/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Capanema - PR, mantenedora da Escola Caminho Feliz para crianças portadoras de excepcionalidades múltiplas, fundada no dia 12 de maio de 1989 e localizada à Avenida Parigot de Souza n. 1080, na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em maio de 1989, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Capanema empenhou-se na tarefa de assistir crianças portadoras de excepcionalidades, procurando harmonizar seu trabalho com as diretrizes previamente estabelecidas pelos órgãos especiais da Secretaria de Educação.

Durante o primeiro ano de sua existência, a entidade, atendendo aos seus princípios, assistiu precariamente aos alunos matriculados, até conseguir a abertura da Escola Caminho Feliz, criada oficialmente pela diretoria eleita a 12 de maio de 1990. Tramitavam os papéis de registro da escola e a APAE de Capanema realizava o seu trabalho atendendo inicialmente a vinte e duas (22) crianças.

A medida que se divulgava a atividade da APAE, dezenas de pedidos de matrículas foram encaminhados à direção da entidade, cristalizando a necessidade de aumento do espaço físico e do número de professores e técnicos, com expectativa de aumento imediato para 40 (quarenta) atendimentos.

Fazem parte deste plano de lei:

a) declaração de que a entidade está em plena atividade no Município, firmada pelo Prefeito Municipal;

b) relatório de atividades, abrangendo o período de sua criação até os dias atuais;

c) declaração, firmada pela presidente da entidade, de que os Membros de sua diretoria e conselho, nela relacionados, não recebem remuneração, bonificações ou qualquer outra vantagem;

d) estatuto social da associação, devidamente publicado no D.O. do Estado (n.

Curitiba, quinta, em 13.06.91

3153-pág. 53) e registrado do Cartório de registro de Títulos e Documentos da Comarca de Capanema sob nº 092, Livro A-2, em 12.12.89.

PROJETO DE LEI Nº 240/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída, em todos os Municípios do Paraná, a obrigatoriedade do serviço de plantão dos laboratórios de análises clínicas e de exames especializados de saúde.

Art. 2º - A fiscalização do serviço de plantão, instituído por esta lei, será de responsabilidade do Serviço Unificado de saúde de cada Município, com supervisão da Secretaria de Estado da Saúde e com participação do Ministério da Saúde.

Art. 3º - A não-observância do serviço, de plantão, especificado nesta lei, incorrerá em penas de omissão e de responsabilidade dos infratores, possíveis de sanções previstas em lei e nas normas específicas para cumprimento da presente lei.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Saúde baixará normas específicas para o cumprimento desta lei, entre as quais:

a) - dias e horários a serem cumpridos pelos plantões;

b) - modalidade de laboratórios e de clínicas especializadas para atendimento nesses plantões;

c) - suprimentos mais próximos para municípios que não possuam esses serviços de saúde;

d) - multas e outras sanções a serem estipuladas contra os infratores da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) NILTON CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

"A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". (Art. 196 da Constituição Federal vigente).

"São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público, dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado". (Art. 197 da Constituição Federal).

Fundamentado nos preceitos maiores da



Carta Magna da Nação Brasileira, e constatando diuturnamente a falta dos serviços médicos em todo o País, decidimos apresentar este Projeto de Lei, tornando obrigatório o serviço de plantão dos laboratório de análise clínicas e de exames especializados de saúde, tais como: endoscopia, tomografia computadorizada, ecografia, ultrassonografia e outros.

Em qualquer parte deste País tornou-se legal o serviço de plantão de farmácia, através de leis municipais, e cada município tem fiscalizado o cumprimento desses plantões, sendo obrigatória até a divulgação das escalas de farmácia de plantão nos finais de semana e em períodos noturnos.

Entretanto, se a população necessitar de exames laboratoriais ou exames especializados de saúde com urgência, têm que esperar os horários normais dessas clínicas e laboratórios para serem atendidos, nunca em final de semana, aos sábados, domingos e feriados. Em muitos casos, os pacientes podem até perecer por falta de atendimento médico imediato.

Por preceito constitucional (Art. 97), cabe ao Poder Público regulamentar esses serviços, bem como fiscalizar e controlar sua execução, competindo também ao Poder Público executar os serviços de saúde juntamente com a iniciativa privada.

Ao apresentarmos este Projeto de Lei, desejamos que o direito à saúde do povo paranaense seja preservado e garantido, diuturnamente, no que diz respeito a exames especializados.

A Secretaria de Estado da Saúde, com a participação do Ministério da Saúde, compete baixar normas específicas para o cabal cumprimento desta lei, com sanções legais e com a fiscalização e controle permanente dos Serviços Unificados de Saúde de todos os Municípios do Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 241/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ILHA BELA, de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei n. 6.994, tendo em vista que a Associação de Moradores do Conjunto Ilha Bela, de Curitiba - PR, é cumpridora de todos os que-

sitos previstos em seu artigo 1º.

A Associação de Moradores foi fundada em Agosto de 1984. É possuidora de personalidade Jurídica, tendo seus registros sob número de ordem 10.276 do Livro A-7 em 13.06.85, no 1º RTD, em Curitiba.

Sua Diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração. Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente ao ano de 1990 demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos que são o de prestar serviços sócio-comunitários aos Moradores do Conjunto, buscando solução para seus problemas e objetivando o desenvolvimento comunitário.

Anexo a este Processo - Relatório de 1990, declaração de não remuneração, declaração da Câmara Municipal, Ata da Eleição da Diretoria e Estatuto da Associação de Moradores.

#### PROJETO DE LEI Nº 242/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO EUCALIPTOS I e V, de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei n. 6.994, tendo em vista que a Associação de Moradores do Conjunto Eucaliptos I e V, de Curitiba - PR, é cumpridora de todos os quesitos previstos em seu artigo 1º.

A Associação de Moradores foi fundada em 08.03.80, é possuidora de personalidade Jurídica, tendo seus Estatutos registrados sob n. de ordem 6713 do Livro A-5 em 01.09.80, no 1º RTD - Cartório Loures em Curitiba. Possui CGC sob n. 78.712.932/0001-54 e está sediada à Rua Cinco n. 147 no Alto Boqueirão, Capital do Paraná.

Sua Diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração. Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente ao ano de 1990 demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos que são o de promover a autodeterminação da população do Núcleo e desenvolver programas educacionais, recreativos, desportivos e beneficentes.

Anexo a este Processo - Relatório de 1990, Declaração de não remuneração, dos Diretores, Estatutos da Associação de Moradores do Núcleo Habitacional Eucaliptos e Ata da Eleição da Diretoria.

PROJETO DE LEI Nº 243/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI de Porto Rico, PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei nº 6994, tendo em vista que a Associação de Proteção a Maternidade e Infância - APMI de Porto Rico -Pr, é cumpridora de todos os quesitos previstos em seu Art. 1º.

A APMI de Porto Rico, foi fundada em 24.06.66, é possuidora de personalidade Jurídica, tendo seus registros sob nº 53745 e 674, do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba - Paraná, em 26.07.72.

Possui CGC nº 77.439.156/0001-06 e está sediada a Rua Joaquim de Campos nº 544 em Porto Rico-Pr.

Sua Diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração, bem como seus sócios. Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente a 1990 demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos que são os de proteger e assistir à maternidade e a infância em geral nos aspectos de saúde, bem estar.

ANEXO A ESTE PROCESSO - Declaração de não remuneração dos cargos.

Cartão CGC, Ata de Eleição da Diretoria.

Estatuto APMI de Porto Rico, Relatório de Atividades em 1990.

PROJETO DE LEI Nº 244/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM de Porto Rico- Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei nº 6.994, tendo em vista que a Guarda Mirim de Porto Rico- PR, é cumpridora de todos os quesitos previstos no artigo 1º.

A Guarda Mirim de Porto Rico, foi fundada em 12.10.87, é possuidora de personalidade Jurídica tendo seus registros de

Estatuto no Registro de Títulos e Documentos de Loanda-Pr.

Possui CGC nº 80.611.569/0001-22, e é declarada de Utilidade Pública por Decreto Municipal nº 10/88 de 24.11.88.

Sua Diretoria não possui nenhuma forma de benefício ou remuneração, bem como seus sócios. Suas Atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente ao último exercício demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos que são os de instruir moral, cívica e fisicamente os jovens tendo como base o trabalho a honestidade, o respeito às Leis e o amor a Deus, à Pátria e ao Próximo.

ANEXOS A ESTE PROCESSO - Cartão do CGC, Declaração de não remuneração dos Diretores, Relatório do último ano (1990).

Estatuto e Ata de eleição da Diretoria.

PROJETO DE LEI Nº 245/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL "ARMINDA GRASSI", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Social "Arminda Grassi", congrega as famílias carentes residentes no Bairro Capão da Imbuia, nesta Capital.

Por se tratar de uma instituição destinada a beneficiar à Comunidade, entendemos ser o nosso dever apoiá-la e estimulá-la para desenvolver os seus sadios propósitos.

PROJETO DE LEI Nº 246/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

CAPÍTULO I - DOS FUNDAMENTOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º - A política agrícola estadual deve ser formulada e executada em conformidade com o preceito constitucional do cumprimento da função social da propriedade rural, devendo implementar o aproveitamento racional desta, a utilização adequada dos recursos naturais a preservação do meio ambiente, o respeito às relações de trabalho, o favorecimento do bem-estar e o desenvolvimento econômico dos que vivem da atividade agrícola.

Art. 2º - A política agrícola do Estado deve se compatibilizar com a política

agrária, fornecendo a esta as condições necessárias à sua viabilização técnica e econômica, notadamente no campo da implantação e do desenvolvimento do assentamento.

Art. 3º - As políticas de desenvolvimento rural e agrícola, definidas, nesta lei, levarão em consideração as desigualdades regionais e se nortearão pelas seguintes diretrizes:

1) Zoneamento sócio-climático com identificação do potencial e dimensionamento das atividades e explorações economicamente viáveis, que possam ser eleitas para programas locais, regionais ou estaduais de fomento, mediante incentivos diferenciados.

2) Apoio, aos esforços associativos de organização dos produtores e trabalhadores rurais e sua participação na definição das políticas agrícolas.

3) Incentivos a modernização tecnológica buscando o aumento da produção e produtividade com apoio em serviços públicos e privados de crédito, pesquisa, extensão rural e fomento.

4) Oferta de serviços essenciais de saúde, educação, segurança pública, seguridade social, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer, de forma direta pelo poder público ou em parceria com a iniciativa privada.

5) Fomento à capacitação e qualificação profissional do produtor e trabalhador rural e seus familiares, pela adequação do ensino de 1º e 2º graus, à realidade rural e pela difusão de novos cursos operacionais públicos e privados.

6) Estímulo a formação de agroindústrias e indústria de suporte a uma maior integração e eficiência das unidades produtoras com a conseqüente garantia de regularidade na oferta de alimentos e maior renda para os agricultores e seus assalariados rurais.

Art 4º - A política agrícola, os programas e os planos contemplarão, com tratamento diferenciado e prioritário aos pequenos produtores, na forma do parágrafo primeiro do artigo 154 da Constituição Estadual, cabendo ao Estado, promover as ações necessárias para sua efetiva participação nos processos de produção, transporte, armazenagem, comercialização e industrialização, assegurando justiça na distribuição da renda do setor agrícola.

Parágrafo I - Entende-se como pequeno agricultor para os efeitos desta Lei, no que não contrariar os dispositivos legais da União, aquele proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, atendendo simultaneamente os seguintes requisitos:

I - Utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem o concurso de empregado, permanente, sendo

permitido a ajuda eventual de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir.

II - Cultivo de quantidade de terra que absorva a força de trabalho familiar, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico.

III - Limite máximo de área, expresso em hectares correspondentes a três módulos fiscais.

IV - Origem da renda familiar do produtor predominantemente da exploração agrícola.

Parágrafo II - O pescador artesanal será entendido como pequeno produtor para efeito desta Lei.

## CAPÍTULO II - DO OBJETIVO

Art. 5º - A política agrícola se fará com fundamento nesta Lei, objetivando o desenvolvimento do Estado, em favor do suprimento alimentar e de matérias primas, com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, buscando a justa distribuição da riqueza na área rural para a promoção sócio-econômica do agricultor e sua família.

Parágrafo Único - A política agrícola abrange os processos de produção, comercialização e transformação de produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, bem como, a organização do produtor, da produção e da infra-estrutura da área rural, e o controle dos produtos e dos insumos agrícolas.

Art. 6º - A política agrícola deverá se instrumentalizar para contribuir com o desenvolvimento rural através da:

I - Modernização tecnológica do produtor visando maior produção pela maioria da produtividade e rentabilidade.

II - Organização associativa, proporcionando vantagens na obtenção dos fatores de produção e melhor desempenho no mercado.

III - Garantia de apoio à produção e à comercialização agrícola, pela disponibilidade de serviços públicos e privados, permitindo a melhoria da renda do produtor rural e sua família.

IV - Acesso aos serviços essenciais de saúde e educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais.

V - Participação dos produtores, através de sua organização nos processos de formulação e execução das políticas que definirão os rumos da agricultura paraense.

VI - Melhoria das condições de trabalho e de vida dos assalariados rurais.

VII - Uso racional dos recursos naturais e proteção do meio ambiente.

VIII - Verticalização da produção

agrícola com incremento da renda pela agroindustrialização nas regiões produtoras.

IX - Redução das diferenças de condições sócio-econômicas das regiões e produtores do Estado promovido pelas ações governamentais específicas.

X - Eficiência econômica das unidades produtivas pela capacitação do produtor.

XI - Regularidade de abastecimento de alimentos, com prioridade aos produtos básicos para alimentação da população.

XII - Atendimento eficiente e desburocratizado pelos organismos públicos e privados, prestadores de serviços aos produtores e trabalhadores rurais.

XIII - Remuneração justa ao trabalho do produtor rural e sua família pelo desestímulo à intermediação abusiva e aos desproporcionais aumentos nos custos de produção em relação aos preços obtidos.

XIV - Difusão de instrumentos contratuais justos, para os trabalhadores rurais e para os arrendamentos de terras.

### CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PLANEJAMENTO

Art. 7º - Será instituído um Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola junto à Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, com as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar, propor medidas e participar do planejamento e da execução da política agrícola e do desenvolvimento rural.
- b) Integrar esforços na defesa e na realização das atividades que atendam à agricultura.
- c) Evitar o paralelismo de ações.
- d) Propor e opinar sobre programas e aplicação de recursos especiais na agricultura e nos demais setores de atividade na área rural.
- e) Contribuir com estudos e informações sobre o desempenho e melhoramento do setor agrícola.
- f) Propor prioridades de ação do Governo para o setor.

§ 1º - As propostas de atendimento aos setores não agrícolas, componentes do desenvolvimento rural, serão articuladas com as áreas específicas da administração pública e da iniciativa privada.

§ 2º - O Conselho aprovará seu regimento em até 60 dias após a promulgação da lei.

§ 3º - O Conselho se reunirá ordinariamente a cada 2 meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente ou 1/3 dos seus membros.

Art. 8º - O Conselho terá a seguinte composição:

- a) Secretário da Agricultura e do

Abastecimento.

b) Representante da Secretaria da Fazenda.

c) Representante da Secretaria do Meio Ambiente.

d) Representante da Secretaria do Planejamento.

e) Representante da FAEP

f) Representante da FETAEP

g) Representante da OCEPAR

h) Representante da Associação dos Municípios.

i) Representante da Assembleia Legislativa.

j) Representante do Banco do Estado do Paraná

l) Representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná

m) Representante da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária.

§ 1º - O Conselho será presidido pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

§ 2º - O Conselho contará com um Secretário Executivo com funções determinadas no regimento.

§ 3º - A inclusão de novos membros será definida pelo próprio Conselho, conforme dispuser seu regimento.

Parágrafo IV - O Conselho definirá câmaras setoriais de apoio aos seus trabalhos envolvendo os diversos segmentos a entidades, sendo instaladas por ato do Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 9º - O Estado estimulará a criação de Conselhos Municipais e Regionais de desenvolvimento rural e política agrícola, como instrumento de coordenação dos esforços dos organismos públicos federais, estaduais e municipais que juntamente com representações paritárias da iniciativa privada, dos produtores e trabalhadores rurais, objetivando promover o desenvolvimento rural integrado do município e região, racionalizando os trabalhos, constituindo-se no organismo consultivo de apoio ao poder público municipal e estadual na análise e coordenação das questões rurais.

Art. 10 - A política agrícola será formulada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com a efetiva participação e assessoramento do Conselho Estadual, consonante com as aptidões econômicas e sociais e dos recursos naturais das diferentes regiões do Estado, em sintonia com a atividade privada na identificação das necessidades nas propostas de solução e na execução dos planos e programas.

Parágrafo Único. Da política agrícola resultarão programas plurianuais e planos anuais de safra, contendo as medidas a serem implementadas pelo Governo, servindo de indicativo para participação da inicia-

tiva privada e dos municípios, no delineamento de suas atividades.

Art. 11 - A Secretaria da Agricultura caberá a função de elaborar e divulgar periódica e oportunamente informações sobre o desempenho do setor agrícola, que servirá de base para o planejamento e acompanhamento da produção e da comercialização, principalmente:

- Avaliação de safras.
- Preços dos produtos nas principais praças de comercialização e produção.
- Custos de produção.
- Oferta e demanda dos principais produtos.
- Preços dos insumos, máquinas, mão-de-obra e equipamentos destinados ao setor agrícola.
- Agrometeorologia.
- Outros, a critério do Conselho Estadual.

Art. 12 - As diferenças regionais, com base na capacidade de uso dos solos, o tipo de clima, estrutura fundiária, infra-estrutura de apoio, distância dos centros de consumo e renda do produtor, das diversas regiões do Estado, serão consideradas no planejamento e na condução da política e seus instrumentos de ação, de forma a promover a necessária compreensão que permita paulatinamente o nivelamento das condições sócio-econômicas vigentes em todo território paranaense.

#### CAPÍTULO IV - DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE

Art. 13 - Será prerrogativa da iniciativa privada a produção agrícola, cabendo ao Estado apoiar, estimular a produção e a produtividade agrícola, através de seus organismos e promover:

- a) A orientação técnica e extensão rural
- b) A geração e difusão tecnológica
- c) a inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização dos insumos agropecuários.
- d) a defesa sanitária animal e vegetal.
- e) Fomento a exploração e/ou atividades de importância destacada para o desenvolvimento econômico regional.
- f) a execução de programas especiais de conservação do solo e da água, calagem e drenagem, renovação genética, crédito rural e outros que se apresentem viáveis e prioritários a critério da Secretaria da Agricultura e do abastecimento, ouvido o Conselho Estadual da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Estadual, contando com a participação da iniciativa privada.

#### CAPÍTULO V - DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

Art. 14 - O Estado apoiará a comercialização agrícola, pela orientação e informação de mercado aos produtores rurais, organização de feiras e equipamentos nos centros urbanos dando preferência de atuação aos pequenos produtores.

Parágrafo Único - Para os pequenos produtores, o apoio se dará através da criação de facilidades no transporte, no equacionamento dos aspectos de saúde pública e redução da intermediação abusiva.

Art. 15 - O Estado atuará no abastecimento em favor da população carente, através de programas especiais de compra e venda, e se necessário de fornecimento de alimentos, ouvido o Conselho Estadual.

Art. 16 - A comercialização de produtos vegetais e animais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, se fará atendendo a padrões de qualidade e sanidade, estabelecidos oficialmente, cabendo ao Estado diretamente fiscalizar, inspecionar e classificar.

Art. 17 - Caberá ao poder público dotar as áreas de produção agrícola de infra-estrutura viária compatível com os volumes produzidos e de armazenagem nas áreas carentes.

Art. 18 - O Estado implementará programas de estímulos à montagem de infra-estrutura que viabilize o acesso dos produtores e suas entidades associativas aos instrumentos de comercialização, aos insumos agrícolas, ao armazenamento, ao transporte, a garantia de preços e crédito rural principalmente, conferindo tratamento diferenciado e especial aos pequenos produtores.

Art. 19 - O poder público apoiará a comercialização e o abastecimento de produtos agrícolas, principalmente dos hortigranjeiros, atuando na orientação da oferta dos produtos e na instalação de unidades e equipamentos de organização do mercado.

#### CAPÍTULO VI - DA AGROINDÚSTRIA

Art. 20 - O Estado estabelecerá uma política de incentivos fiscais e creditícios para a implantação do programa de industrialização de produtos agrícolas com a participação do Conselho Estadual.

§ 1º - A localização das unidades industriais atenderá ao perfil sócio-econômico regional e municipal, sendo preferencialmente instalada na própria comunidade rural.

§ 2º - O Estado manterá junto à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, um setor de estudos de oportunidades de programas de industrialização de produtos agrícolas.

§ 3º - Será dada preferência às enti-

dades associativas dos produtores rurais na condução e instalação das indústrias.

Art. 21 - Em apoio a agroindustrialização, o Estado desenvolverá serviços de pesquisa, orientação técnica e fomento a produção de matéria prima.

## CAPÍTULO VII - DA ORGANIZAÇÃO RURAL

Art. 22 - O poder público promoverá e apoiará a organização dos produtores e trabalhadores rurais, em especial os pequenos, em formas associativas que permitam a sua maior participação na formulação de políticas para o setor, aumentar o poder de barganha, a integração no mercado de produtos e insumos e os benefícios dos serviços em comum para produção e comercialização.

§ 1º - A promoção e apoio ao associativismo, dar-se-á pela inclusão em programas de Governo voltados ao setor rural, financiamentos preferencialmente por equivalência de produto ou fundo perdido, assistência técnica, infra-estrutura básica e outros que se destinam a ampliar ou fortalecer a organização dos produtores.

§ 2º - O Estado garantirá a participação das entidades associativas, pelos seus órgãos de representação, nos colegiados dos organismos públicos estaduais, onde a iniciativa privada faça parte, relacionados com suas atividades.

Art. 23 - As cooperativas e associações de produtores agrícolas, são considerados extensão dos associados, cabendo-lhes os direitos a estímulos creditícios semelhantes e isenção de tributação nas operações entre estas e seus associados.

## CAPÍTULO VIII

### DOS RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

Art. 24 - O poder público normatizará, orientará e fiscalizará o uso racional do solo e da água, disciplinará a utilização e preservação da fauna, flora e meio ambiente, atendendo ao disposto nos artigos 23 e 24 da Constituição Federal e demais dispositivos legais.

Parágrafo Único - A fiscalização e o uso racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente é também de responsabilidade dos proprietários e usuários.

Art. 25 - O Estado utilizará recursos próprios e buscará fontes de financiamento alternativos para desenvolver programas de manejo do solo e água, recuperação das áreas em degradação e obras de proteção do meio ambiente, em conjunto com a iniciativa privada.

Art. 26 - O poder público determinará as áreas de preservação permanente e regulamentará o uso das reservas biológicas e

Curitiba, quinta, em 13.06.91

áreas de uso restrito, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza.

Art. 27 - O Estado implementará programas de produção de mudas e orientará o florestamento e o reflorestamento conservacionista, ambiental e econômico, integrado à iniciativa privada.

Art. 28 - O Estado estimulará e fomentará atividades criatórias de peixes e outros produtos de vida fluvial e marinha de interesse econômico, visando o incremento da oferta de alimentos para subsistência do produtor e complementação de renda da propriedade.

Art. 29 - As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais.

Art. 30 - No que diz respeito ao sistema viário, o Poder Público, no prazo de 5 (cinco) anos, fará com que:

a) As rodovias, pavimentadas ou não, implementadas ou readequadas, tenham nas laterais obras tecnicamente adequadas, de controle ao escoamento das águas das chuvas, a fim de preservação da erosão as propriedades marginais.

b) As propriedades marginais às estradas federais, estaduais e municipais, pavimentadas ou não, implantem técnicas adequadas de controle à erosão, para evitar danos pela entrada das águas pluviais destas propriedades no leito ou laterais das estradas, devendo também ser incentivado o reflorestamento à beira das estradas.

## CAPÍTULO IX - DA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL RURAL

Art. 31 - O Estado destinará recursos para implementar programas de obras de infra-estrutura na área rural, que assegurem aos produtores e trabalhadores e suas famílias, acesso aos benefícios sociais semelhantes aos existentes nas áreas urbanas, preferencialmente atendendo aos planos de desenvolvimento rural, principalmente:

- Eletrificação rural.
- Captação e distribuição de água
- Saneamento básico.
- Escolas dotadas de "currículo" compatível com as atividades rurais.
- Comunicação.
- Postos de saúde e acesso à rede hospitalar.
- Creches de saúde e acesso à rede hospitalar.
- Creches e escolas primárias de tempo integral para filhos de trabalhadores e produtores rurais.
- Estradas de acesso a escoamento da produção.
- Delegacia de Polícia Distrital.



- Centros sociais e esportivos.

- Habitação Rural.

§ 1º - O Governo do Estado incluirá representantes dos produtores e trabalhadores rurais nos Conselhos Estaduais de Saúde e Educação.

§ 2º - As obras e serviços promovidas pelo Estado atendendo em caráter prioritário as regiões de maior concentração de produção de pequenos produtores rurais e as de maior carência de infra-estrutura básica.

Art. 32 - De acordo com o preceito constitucional, compete ao Poder Público satisfazer as necessidades básicas dos produtores rurais e suas famílias, bem como dos assalariados rurais, nas áreas de educação, atendimento médico, saneamento e assistência social.

Art. 33 - O Estado criará um programa de habitação rural destinando recursos para sua implementação.

§ 1º - O programa de habitação Rural contemplará financiamento da construção e/ou reforma da moradia própria, dos pequenos e trabalhadores rurais.

§ 2º - O pagamento do financiamento deverá preferencialmente ser realizado pela sistemática de equivalência - produto, com prazos compatíveis com a atividade desenvolvida pelo beneficiário/mutuário.

#### CAPÍTULO X - MÃO-DE-OBRA RURAL

Art. 34 - Poder Público realizará amplo levantamento sobre a mão-de-obra rural no Estado, no sentido de implementar programas sociais de atendimento às famílias dos trabalhadores rurais, em especial da mão-de-obra volante, com a participação dos sindicatos de trabalhadores rurais.

§ 1º - Os programas que objetivem a diversificação das atividades agrícolas e agroindustriais com maior absorção de mão-de-obra, terão prioridades de implantação pelo Governo.

§ 2º - A execução de obras públicas na área rural ou periférica aos centros urbanos contará com a disponibilidade de mão-de-obra rural, nos períodos de pequena utilização nas explorações agrícolas.

Art. 35 - O Estado promoverá e apoiará os programas de formação de mão-de-obra, visando a profissionalização e melhoria do nível de vida dos produtores e trabalhadores rurais.

Parágrafo Único - Será incluído nas atividades das escolas agrícolas, o treinamento para trabalhadores e produtores sobre aspectos específicos do setor agrícola.

Art. 36 - O Estado implementará programas sociais para os trabalhadores volantes, como a construção e manutenção de creches para seus filhos, a construção de

abrigo em lugares estratégicos para embarque e desembarque, a construção de moradias e de agrovilas.

#### CAPÍTULO XI - DOS ASSENTAMENTOS

Art. 37 - O Estado destinará recursos orçamentários aos seus organismos para atuar em apoio aos assentamentos rurais, atendendo as disposições dos artigos 156 e 158 da Constituição Estadual, mediante programação anual.

#### CAPÍTULO XII - DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 38 - Os instrumentos de política agrícola, que objetivam o desenvolvimento agrícola e rural são:

SEÇÃO I - Pesquisa Agrícola

SEÇÃO II - Assistência Técnica e Extensão Rural.

SEÇÃO III - Crédito Rural e Fundiário.

SEÇÃO IV - Tributação.

SEÇÃO V - Armazenamento.

SEÇÃO VI - Fomento.

SEÇÃO VII - Fiscalização

SEÇÃO I - Pesquisa Agrícola

Art. 39 - O Governo do Estado manterá uma instituição de pesquisa agrícola, com a missão de gerar e adaptar tecnologia que favoreçam o aumento da produtividade e da rentabilidade, principalmente as que atendem as demandas dos pequenos produtores, enfatizando as voltadas para alimentos básicos, respeitando a qualidade de vida e do meio ambiente.

§ 1º - A pesquisa oficial atuará de forma conjunta com outras organizações de pesquisa, visando expandir o conhecimento científico e, com organismos de assistência técnica e de extensão rural, objetivando a difusão e a transferência de tecnologia aos produtores rurais.

§ 2º - A pesquisa agrícola trabalhará orientada para a concretização do zoneamento agrícola, levando em consideração aspectos sócio-econômicos e de meio ambiente.

SEÇÃO II - Assistência Técnica e Extensão Rural

Art. 40 - O Governo do Estado manterá serviço de Extensão Rural e Assistência Técnica oficial, com a missão de orientar e assistir os produtores e trabalhadores rurais, prioritariamente os pequenos, objetivando a melhoria da produtividade e da rentabilidade de exploração agrícola, a viabilidade econômica do empreendimento rural, a organização associativa do produtor e do trabalhador rural e a racionalização do uso e preservação dos recursos naturais e ambientais.

§ 1º - O serviço de Extensão Rural, desenvolverá seus programas, conjugando as políticas e planos de desenvolvimento rural, às condições físicas, econômicas e sociais da área assistida, através de metodologia própria e participativa com os produtores rurais e suas entidades associativas, tanto no planejamento quanto na execução das atividades.

§ 2º - O serviço de Extensão Rural e Assistência Técnica oficial se articulará com a pesquisa, visando a transferência de tecnologia e com as organizações privadas de assistência técnica, para expansão da rede de atendimento aos produtores nos programas de desenvolvimento rural.

§ 3º - O serviço de Extensão Rural e Assistência Técnica oficial intensificará, através da locação de recursos financeiros especiais, seu programa de atendimento nos assentamentos rurais, considerando as condições peculiares do público beneficiário e das áreas a serem exploradas, de forma a assegurar a viabilidade econômica e social aos novos produtores.

### SEÇÃO III - Crédito Rural e Fundiário

Art. 41 - O Estado desenvolverá programas de apoio financeiro ao setor rural, mediante financiamento às atividades de maior relevância na consecução dos objetivos da melhoria da produtividade, da montagem de infra-estrutura de produção, comercialização e industrialização, da conservação e recuperação da capacidade produtiva dos solos e da preservação dos demais recursos naturais e ambientais.

§ 1º - A origem dos recursos será orçamentária, de captação externa, bancária, fundo de desenvolvimento econômico e outros.

§ 2º - A aplicação dos recursos financeiros pelo produtor será orientada pela assistência técnica oficial e privada.

Art. 42 - Os programas de crédito que envolvem recuperação dos valores aplicados, adotados preferencialmente a metodologia de equivalência - produto, através da equalização de taxas e em prazos adequados à atividade financiada, destinando-se exclusivamente aos pequenos produtores.

Art. 43 - O Estado deve priorizar a utilização do crédito rural, de modo a atender globalmente ao estabelecimento, visando garantir o planejamento e o desenvolvimento integrado de seu potencial produtivo.

Art. 44 - Os recursos da exigibilidade, a serem aplicados na agricultura pelo Banco Oficial do Paraná, deverão ser destinados principalmente às atividades dos pequenos produtores rurais.

Art. 45 - O Estado deverá manter recursos de pronta aplicação, para atender

programas de suprimento das necessidades básicas e de recuperação econômica aos agricultores atingidos por calamidades públicas, especialmente os pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Art. 46 - O Crédito fundiário, será concedido através de programa específico e destinado a aquisição de terra para formação, correção ou ampliação da propriedade rural, por trabalhadores rurais, proprietários ou não, limitado a complementar até 3 módulos fiscais, que permita a absorção da força de trabalho do adquirente e sua família, garantindo-lhe a sobrevivência e progresso sócio-econômico.

§ 1º - Será dada a opção ao beneficiário do crédito fundiário pelo reembolso na forma equivalência-produto.

§ 2º - Os beneficiários do crédito fundiário serão obrigatoriamente assistidos por órgãos de assistência técnica, a quem competirá a elaboração de projeto técnico que justifique e evidencie a viabilidade econômica do empreendimento.

Art. 47 - Será criada uma linha de crédito especial junto ao Banco Oficial do Paraná, destinado a financiar projetos de colonização no Estado, para atendimento aos produtores paranaenses e suas organizações associativas.

Parágrafo Único - Os projetos deverão atender a racionalidade das explorações a serem implantadas, nunca devendo ultrapassar a três módulos fiscais por beneficiário.

### SEÇÃO IV - Tributação

Art. 48 - O Estado deverá ajustar seus instrumentos fiscais, com reduções de impostos e taxas, nos produtos de abastecimento alimentar.

Art. 49 - É vedada a concessão de incentivos fiscais, nas atividades do setor agrícola, que estimulem a concentração fundiária.

### SEÇÃO V - Armazenamento

Art. 50 - O Estado prestará serviços de armazenagem de caráter supletivo, com atividade coletora, prioritariamente no atendimento ao pequeno produtor nas áreas carentes.

Parágrafo Único - O Estado estimulará a armazenagem a nível de propriedade e comunitária, pela orientação técnica e programas de crédito rural, com reembolso opcional pelo sistema de equivalência produto.

### SEÇÃO VI - Fomento

Art. 51 - O Estado apoiará estudos, implantações ou expansão de atividades agrícolas de importância destacada para o desenvolvimento econômico regional.

Parágrafo Único - O apoio se dará pela prestação de serviços, fornecimento de in-



sumos e financiamento a programas prioritários definidos pela Política Agrícola Estadual.

Art. 52 - O Estado estimulará a criação de patrulhas mecanizadas para atendimento aos produtores, especialmente pequenos, bem como programas específicos de melhoramento genético vegetal e animal, através de distribuição, financiamento e troca de produto, de sementes, mudas, semen e reprodutores animais.

#### SEÇÃO VII - Fiscalização

Art. 53 - O poder público manterá serviços de inspeção, classificação e fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e animal, bem como dos estabelecimentos produtores.

Art. 54 - O Estado inspecionará e fiscalizará a produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários, em especial os que ofereçam riscos à vida, flora, fauna e ao meio ambiente.

Art. 55 - A produção, comercialização e uso de produtos biológicos utilizados em imunologia e veterinária, corretivos, fertilizantes inoculantes, sementes e mudas serão disciplinados na forma que a lei dispuser.

Art. 56 - O poder público manterá um serviço de vigilância sanitária e de defesa agropecuária, que juntamente com os produtores rurais, buscará prevenir, controlar e erradicar doenças, pragas e infestações parasitárias que acometam os animais e vegetais, visando o aperfeiçoamento e a eficiência da atividade agrícola e proteção do consumidor.

Art. 57 - O poder público atualizará e fiscalizará o cumprimento dos códigos de caça, pesca e florestal em todo território paranaense, consignando meios e recursos para sua execução.

Art. 58 - Caberá ao Governo do Estado orientar e fiscalizar o destino das embalagens de agrotóxicos.

#### CAPÍTULO XIII - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 59 - São fontes de recursos para desenvolvimento agrícola e rural:

- Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e outros fundos em níveis proporcionais à importância do setor.

II - Recursos de origem externa, decorrentes de empréstimos, acordos, convênios e outros.

III - Recursos orçamentários.

IV - Recursos oficiais federais destinados à área rural.

V - Retornos dos recursos aplicados derivados da sua gerência financeira.

VI - Recursos bancários vinculados aos programas de desenvolvimento e ao crédito rural.

VII - Recursos provenientes de "royalties".

VIII - Outros recursos consignados à área rural.

§ 1º - Serão destinados aos programas agrícolas, parcela dos recursos nunca inferiores à participação relativa da agricultura e seu complexo agroindustrial na formação do PIB estadual, sendo sua aplicação determinada pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, ouvido o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e de Política Agrícola.

§ 2º - A captação e a destinação dos recursos para atendimento aos demais setores do desenvolvimento rural, serão programados e realizados de forma integrada com as outras áreas da administração pública e o setor privado.

#### CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60 - O Estado apoiará e calendarizará as exposições e feiras agropecuárias no seu território de acordo com legislação específica.

Art. 61 - Deverá ser instalado nas sedes dos municípios, onde existir problemas de legalização de terras, escritórios que promovam a sua regularização.

Art. 62 - O Governo do Estado envidará esforços para a implantação do seguro agrícola no território paranaense.

Art. 63 - Esta lei deverá ser regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias da sua publicação.

Art. 64 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento: Domingos Carvalho, Luiz Carlos Martins, José Tavares, João Preis, Eurides Moura, Basílio Zanusso, Lourenço Fregonese, Edson Silva Lino, Plauto Miró Guimarães, Elío Rusch, Cleiton Kiesel, Dirceu Manfrinato, Arlindo Troian, Nelson Garcia, Mário Bezerra, Dobrandino da Silva, João Iensen, Ovídio Constantino, Toti Colaço e Renato Adur.

PROJETO DE LEI Nº 247/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - A Lei nº 5971/69 de 24 de Julho de 1.969 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o poder público autorizado a criar o Fundo de Crédito Agropecuário, com objetivo de apoiar financeiramente o desenvolvimento agropecuário do Paraná, através de programas instituídos pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Art. 2º - O apoio financeiro aos pro-

gramas será ajustado por uma comissão executiva de caráter permanente com a seguinte composição:

- Representante do Secretário de Agricultura e Abastecimento;
- Representante da Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A;
- Representante da EMATER-Paraná;
- Representante da CODAPAR;
- Representante da Carteira de Crédito Agrícola e Agroindustrial do Banestado;

Parágrafo Único - A comissão elegerá um coordenador entre seus membros na forma que dispuser a regulamentação desta lei.

Art. 3º - O Fundo será constituído:

- Pelo produto líquido dos dividendos auferidos pelo Governo do Estado como acionista do Banco do Estado do Paraná S/A, a partir do primeiro semestre de 1.991;

- Por recursos orçamentários destinados especificamente a programas de desenvolvimento agropecuário;

- Pelos resultados das aplicações dos recursos do próprio Fundo;

- Por outros recursos destinados a atender os fins previstos no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - A gestão financeira do Fundo será realizada pelo Banco do Estado do Paraná S/A, através de sua carteira de Crédito Agrícola e Agroindustrial, cabendo-lhe a elaboração e manutenção dos controles legais e operacionais necessários ao seu funcionamento.

Art. 5º - Os recursos do Fundo de Crédito Agropecuário serão aplicados a pequenos produtores rurais diretamente ou através de seus órgãos associativos.

Art. 6º - A destinação dos recursos será determinada por programas e poderá se realizar na forma de: crédito utilizando-se dos recursos do próprio Fundo; equalização de encargos de crédito rural à valorização dos produtos agrícolas usados como referência e; subvenções à modernização e tecnificação do empreendimento agrícola.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei num prazo de trinta dias de sua publicação".

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

# PROJETO DE LEI Nº 248/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 9241, 09.05.90, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município

de Nova Bárbara, desmembrado do Município de Santa Cecília do Pavão, conforme específica:

"Partindo da cabeceira mais alta do Rio Paulo, segue em linha reta até alcançar a cabeceira mais alta do Rio José-Maria, continuando até a nascente do Córrego Palmital, em continuação até uma das vertentes do Rio José Maria denominada Balbino, seguindo em linha reta até outra vertente do mesmo Rio José Maria, chamada Hirano, seguindo então a linha reta onde atravessa a Estrada Oficial do Cerne até a cabeceira do Córrego Zé Procópio e deste segue até a nascente do Quinzinho a qual desagua no Rio Sabiá desta nascente segue a cabeceira do Rio situado na Fazenda Guiomar ganhando o mesmo rumo divisório da Estrada Setecentos alqueires e por esta até a divisa do Rio São Jerônimo, por este águas acima até a Foz do Ribeirão do Tigre, por este águas acima até o cruzamento com a estrada para Marabá e Congonhinhas, deste ponto pelo divisor de águas entre os Rios São Jerônimo e Congonhas (Serra do Tigre) até encontrar a cabeceira mais alta do Rio Paulo, ponto inicial.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa a corrigir uma omissão constatada pelo IBGE, visto a Lei nº 9241 de 09.05.90 não descreve os limites com os municípios São Jerônimo da Serra e Santo Antônio do Paraíso importante frisar que a correção não implicará na alteração da área contida em lei. Em anexo segue ofício do IBGE apontando a omissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CARAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Ocupo hoje a tribuna, neste Pequeno Expediente, para falar alguma coisa sobre a Educação.

Nós sabemos que a Educação é prioridade, não só do Paraná, mas deve ser uma prioridade nacional, municipal, local. É um assunto da maior importância. E nós sabemos que nas campanhas políticas todos os candidatos, todos os partidos afirmam que a Educação será prioridade.

Entretanto, no decorrer dos anos, dos governos, na prática, podemos afirmar que poucos governantes, realmente, assumem a Educação como prioridade. E nós queremos destacar entre estes governantes, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel de Moura

Erizola, Líder do nosso Partido, o PDT, que tem provado, na prática, a prioridade da Educação.

Há mais de 30 anos atrás, quando o Governador do Rio Grande do Sul, construiu escolas em cada encruzilhada das estradas do Rio Grande do Sul, as chamadas "brizolotas" da época.

Depois de 30 anos, como Governador do Rio de Janeiro, colocou na prática a prioridade da educação, começando o programa de escolas de tempo integral, chamada CIEP's e chamadas também de "brizolões".

E é com alegria que nós vemos, agora, o Governo Federal assumindo este programa das escolas integrais a nível nacional, aceitando uma proposta até do seu maior adversário político. E nós queremos registrar que este é o caminho deste grande País, que está em permanente crise econômica, social e política.

Só através da Educação nós vamos construir um país melhor. E temos certeza de que é consenso que a Educação é prioridade, já. E aqui no Paraná, nós estamos ouvindo o nosso Governador, anunciando que as suas prioridades começam pela Educação. Nós queremos que esta prioridade seja a Educação do dia a dia, valorizando os nossos professores, reformando as nossas escolas e implantando escolas de tempo integral.

Nós estamos entregando à Mesa dois Requerimentos, pedindo ao Ministério da Educação e da Criança, ao Programa Minha Gente, que instale escolas integrais no Município de Toledo e também no Município de Ouro Verde do Oeste.

Mas, falando em Educação, também, nós não podemos fugir de discutir e trazer a nossa opinião sobre notícias que aparecem na Imprensa, questionando por exemplo, a questão da democracia nas escolas. A conquista que foi das nossas escolas do Estado do Paraná, com a eleição dos diretores, com a participação dos professores, funcionários, da comunidade e até mesmo dos nossos alunos.

Nós temos em mãos uma correspondência que recebemos da União Paranaense dos Estudantes e 1º de 2º graus, colocando a sua preocupação quanto ao questionamento que se faz sobre a eleição dos nossos diretores.

Nós queremos trazer um testemunho a esta Casa. Logo que aqui assumimos, nesta Casa de Leis, tivemos a oportunidade de conhecer e conversar com o nosso Secretário da Educação, Elias Abrahão, que trazia a sua preocupação quanto à validade da eleição dos nossos diretores.

A primeira coisa que coloquei, sabendo da realidade, foi que a queixa que nós ouvimos dos atuais diretores eleitos, dos professores, é que as escolas do Paraná,

os diretores que são eleitos e que assumem estão pagando para ser diretores. Não têm qualquer classificação, qualquer vantagem para assumir a responsabilidade da direção de uma escola. E nós sabemos que quem assume uma direção, um cargo eletivo, tem compromissos e tem responsabilidades. E a comunidade consciente cobra a correspondência do cargo.

Também sabemos que não é só a remuneração que irá resolver o problema, nós estamos de acordo que se questione, que se estude e que se aperfeiçoe o processo democrático, mas jamais concordaremos que, pelas falhas existentes, seja motivo para eliminar a eleição dos diretores.

O Município de Toledo também elege os seus diretores escolares e tem funcionado muito bem, ao contrário do Estado, vários são os candidatos que se apresentam porque lá o diretor é valorizado, ele tem um salário maior pela responsabilidade de assumir a direção de uma escola. Então que se questione, a Secretaria do Estado da Educação melhore o salário dos diretores, discuta o aperfeiçoamento do processo democrático, os avanços que a Constituição trouxe, mas jamais encontre motivo nas falhas existentes para eliminar a eleição dos diretores.

E da mesma forma a questão das Universidades, nós tivemos aqui uma reunião, pela manhã, nós queremos a autonomia, as conquistas da gestão democrática das nossas Universidades, mesmo passando a autarquias, permaneça para que a democracia, a participação de todos seja uma conquista e um avanço cada vez maior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Dr. Rosinha.

O SENHOR DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, companheiros da EMATER.

Provavelmente eu não diga nenhuma novidade, mas é interessante que se registrem os fatos quando eles ocorrem. A sociedade brasileira, dividida em classes, coloca de um lado a classe trabalhadora, explorada, coloca do outro lado a burguesia opressora e explorando e seus governantes a serviço!

Isso faz com que se mantenham um constante movimento da classe trabalhadora pela sua libertação. No transcorrer dos séculos os trabalhadores têm conseguido se organizar em associações, sindicatos, e muitas vezes são perseguidos por fazerem isso. Esta organização é mínima em função do aparelho do Estado que tem que enfrentar. E toda esta organização associativa sindical dos trabalhadores é um direito

conquistado com passar dos anos. Periodicamente algum patrão, ou algum governante no papel de patrão, gerindo o Estado ou o Município, começa a reprimir toda a classe trabalhadora! No Brasil hoje, Collor tem reprimido todos os trabalhadores brasileiros através de ameaças e concretização destas ameaças, demitindo e punindo o trabalhador!

O Governador do nosso Estado não tem tido um comportamento diferente em relação aos trabalhadores. Quando nós trabalhadores entramos em greve ou em qualquer outro movimento reivindicatório, é porque já existiram todos os canais de negociação, já existiram e já esgotaram! Porque nossos patrões ou seus representantes, na maioria das vezes, teimosamente, se negam a negociar! Quando não, mentem descaradamente, como tem feito ultimamente, Roberto Requião, através dos meios de comunicação! Tem mentido para a imprensa e para a sociedade, como é o caso de todo o movimento dos trabalhadores servidores públicos estaduais. E, no caso específico das Universidades, vai para a rádio e televisão e inverte a história colocando-se ele como o governante correto e aqueles trabalhadores é que estão errados em reivindicar os seus direitos.

A propalada indústria de ações trabalhistas não é nada mais do que, como disse outro dia, do que o fruto da má administração do Estado do Paraná, principalmente dos últimos governantes que nós aqui tivemos e principalmente do último, o Senhor Álvaro Dias, do próprio PMDB como é Requião. Estamos vendo a radicalização dele no movimento dos trabalhadores da EMATER e no comportamento em relação aos demais trabalhadores. Isso não é exclusivo de Roberto Requião, ou de Collor de Mello, pagando o miserável salário mínimo de vinte e três mil cento e trinta e um; existem Prefeitos do nosso Estado que tem o mesmo comportamento e assim faz demitindo trabalhadores, como é o caso da companheira Marlene Aparecida Ferreira, funcionária do Hospital Nossa Senhora da Saúde, da cidade de Santo Antônio da Plantina, demitida pelo Prefeito José Ritti Filho daquele município; tal trabalhadora tem estabilidade de emprego, pois é uma dirigente sindical e essa estabilidade está garantida na Constituição, mas o Senhor José Ritti Filho, pai do Deputado José Artur Ritti, tem tido comportamento nada diferente do que os demais patrões, demitindo trabalhadores que simplesmente lutam pelos seus direitos e pelo direito fundamental, o de viver e o de comer, e o que os patrões querem é jogar ainda mais a classe trabalhadora na miséria, o que eles querem é justamente piorar a situação dos trabalhadores, e querer dizer que sindicatos são badernei-

ros quando entram na luta pelos seus direitos, pelos direitos dos trabalhadores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Qual é o verdadeiro objetivo dessa sorte campanha movida pelo Governo do Estado contra o "BAMERINDUS" e seu ex-Presidente e agora Senador José Eduardo de Andrade Vieira?

Os jornais de ontem já publicam: "BANESTADO volta à carga com sócia do gorro do BAMERINDUS". É por isso que eu volto à carga para discursar perante essa Assembleia alguma coisa mais a respeito das baixarias, que o Governo do Estado proporciona nos meios de comunicação do Paraná.

Quais os interesses que estão sendo colocados em jogo nesse ataque frontal contra uma instituição que sempre foi cercada por todo o carinho do povo paranaense, motivo de orgulho da nossa gente, que em reconhecimento votou maciçamente no então candidato José Eduardo, fazendo-o Senador do Paraná?

A resposta a essas indagações o povo do Paraná tem o direito de saber. Não se gasta impunemente o dinheiro do povo na tentativa de denegrir a imagem de uma instituição e de um dos seus membros. A república deve ser gerida para construir e não destruir, e isso é um grave crime.

Descarto totalmente a hipótese de essa campanha ser uma estratégia de "marketing", e mesmo que fosse, não pode o Governo do Estado dilapidar o patrimônio público para fazê-lo. Trata-se, sem dúvida, de dinheiro do povo, de dinheiro de impostos, que estão sendo utilizados para uma campanha infamante, já que todos os anos são alocados recursos orçamentários ao BANESTADO para cobrir os resultados negativos da má gerência do banco oficial.

Mesmo que se tratasse de uma estratégia de marketing, o Banco do Estado procurando amealhar uma fatia maior do mercado financeiro, não será pela via da tentativa de destruir o concorrente que irá obter resultados.

A trama, portanto, não deve ter esse desígnio. É evidente que ninguém, do menor correntista ao maior usuário dos serviços do BAMERINDUS, vá encerrar sua conta ou paralisar suas operações para passá-las para o BANESTADO. O que as pessoas e as empresas procuram é a qualidade dos serviços e a eficiência do atendimento, a segurança para seus negócios.

Está claro que objetivo tão mesquinho - mesquinho, inócuo e iníquo - não é o pretendido pelo atual ocupante do Palácio

Iguaçu, por quem se julga e se proclama como o mais inteligente de todos os paranaenses quicá em todos os tempos.

Sentindo-se ungido pelo voto de um milhão e oitocentos mil paranaenses, numa eleição na qual se jogaram com todas as armas, o Governador do Roberto Requião se sente com a prerrogativa de assumir a aura da infalibilidade. Acredita-se o único a estar certo. Tudo o que lhe vem à cabeça passa a ser verdade absoluta, passa a ser lei, a ser dogma, pois além de megalômano o Governador é dogmático, crendo absolutamente nos seus princípios de príncipe iluminado. E assim, crendo que tem a voz do povo a seu lado, decide assacar contra o BAMERINDUS na desvairada tentativa de denegrir uma instituição que é o orgulho dos paranaenses, que nasceu no Paraná, que cresceu com o Paraná, que tem sido instrumento financiador do desenvolvimento do Estado apesar de todos os percalços vividos pelo País.

O objetivo, para o qual o Governo do Estado não titubeia em gastar verdadeira fortuna é puramente político, é uma insana tentativa de impedir a consolidação da autêntica liderança emergente deste Estado, a do Senador José Eduardo. Faço esse reconhecimento com toda a tranquilidade de quem não apoiou a candidatura José Eduardo e não pertence ao mesmo partido.

Essa liderança incontestemente incomoda o atual ocupante do Palácio Iguaçu, incomoda porque atrapalha os planos de seu grupamento político, faz sombra ao Governador que se pretende como único líder do Estado. O grave, contudo, é que esse desvario do Governador Requião de Melo e Silva custa muito caro para o povo do Paraná.

São milhões e milhões de cruzeiros que estão sendo dilapidados para tentar destruir uma instituição ao invés de se tentar salvar o banco oficial, são milhões e milhões que deveriam ser empregados para eliminar ou pelo menos atenuar as enormes carências sociais do nosso povo.

Quantos milhões estão sendo dissipados nessa insidiosa campanha nós iremos saber quando o Governador responder a um pedido de informações que a ele será encaminhado, como também iremos saber quanto foi pago pelo BANESTADO para a publicação de anúncio nos principais jornais do país com chamada para que todos assistissem à entrevista do Governador Roberto Requião, ao "Canal Livre".

O Banco do Estado gasta milhões e milhões para fazer promoção política do Governador Requião, quando deveria estar numa fase de total austeridade de gastos para minimizar os elevados prejuízos que tem apresentado.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me

permite um aparte?  
(Assentimento).

O que o Senhor está falando talvez esteja por trás de tudo isto é que os dirigentes do Governo do Paraná hoje queiram esconder o prejuízo que o Banco do Estado teve no mês passado.

Lendo a revista "Veja" e estávamos acostumados a ver muita propaganda em cima do ex-Governador Álvaro Dias, que era o maior banco, o Banco do Estado do Paraná, a revista "Veja" diz que o Banco do Estado do Paraná teve uma dívida de 6,6 bilhões de prejuízo. Quero dizer a Vossa Excelência que talvez atrás disto amanhã ou depois vão vincular uma propaganda do Bamerindus dizendo que o Banco do Estado do Paraná está tendo prejuízo por culpa do Bamerindus. Temos que saber, o povo paranaense deve saber que o Banco do Estado hoje, se está tendo prejuízos, é porque gasta muito em publicidade; os seus dirigentes não têm competência para gerir. Talvez copiassem a maneira com que o Bamerindus está gerindo o seu Banco, aí sim poderiam vir aqui criticar um banco que é exclusivamente paranaense e que deveríamos respeitar.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Outro fato que deve incomodar muito o Governador, é saber que enquanto o banco dirigido por banqueiros dá lucro, o banco oficial, administrado conforme já disse o nobre Deputado Valdir Rossoni, por preposto do Governo, amarga elevados prejuízos.

Ratificando o que o Deputado Valdir Rossoni disse (Lê):

"Segundo dados do Banco Central, nos primeiros quatro meses do ano, o BAMERINDUS teve um lucro de cinco bilhões e duzentos milhões de cruzeiros, enquanto o BANESTADO teve um prejuízo de seis bilhões seiscentos milhões de cruzeiros.

O banco administrado por banqueiro dá lucro, rendendo dividendos para centenas, para milhares de acionistas e o banco oficial dá prejuízo coberto com o dinheiro do povo.

Esse imbroglio todo precisa ser muito bem esclarecido a esta Assembléia tem o dever perante o povo do Paraná de investigar profundamente esses fatos, para que não se repita a utilização do BANESTADO para fins que não o de ser um instrumento de apoio às atividades produtivas do Paraná, ainda mais agora quando incorpora as atividades do extinto BADEP.

É preciso dar um basta a esse tipo de comportamento na administração pública do Estado. Hoje o alvo da sanha do Governador Requião de Melo e Silva é o Senador José Eduardo. Amanhã, com certeza, investirá suas baterias contra todos os que não pertençam ao seu partido, que não comunguem

com suas ideias, que não rezem pela sua cartilha, na qual a única verdade está na cabeça do Governador Requião. Quem sabe amanhã não será um dirigente de cooperativa, um provedor de Santa Casa de Misericórdia, um industrial, um comerciante ou uma liderança sindicalista o objeto do destempero governamental, simplesmente por ser de uma facção política diversa da do Governador?

De politicagem o Paraná não precisa; o Paraná não merece tamanha violência, desbaratamento de dinheiro público para vis propósitos. O Paraná precisa sim, é de seriedade, de competência, de amor à causa pública, para que seu povo possa realizar, em paz e tranquilidade, as suas expectativas.

Chega, Governador, de pavonice e destempero. Chega de rancor destrutivo, pois a hora é mais do que nunca de construir".

Senhores Deputados, o que menos interessa aos paranaenses é o agravamento da situação do BANESTADO, justificando uma intervenção do Banco Central.

Queremos evitar esta sangria financeira gratuita que amplia a má situação do BANESTADO.

Que o Governo levante a situação, colocando o povo do Paraná a par da gravidade pela qual passa este Banco estatal! Que o Governador tome a iniciativa de enviar uma Mensagem a esta Assembléia pedindo solidariedade neste momento de sérias dificuldades pela qual atravessa a instituição.

Não é pelo caminho da destruição, da baixaria e da falta de ética que iremos preservar duas instituições tão importantes para o Paraná, que é o BANESTADO, que é BAMERINDUS, que poderão ser o orgulho de todos nós paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós estamos assistindo mais uma vez a manifestações diferentes dos funcionários públicos do Estado em relação ao arrocho, em relação à situação crítica, em relação à miséria em que estão depositados por aquilo que deixou o Governo Álvaro Dias e pela insensibilidade que está se tendo neste momento para negociar a situação destes trabalhadores que nada mais pedem que, através do diálogo, se encontre o caminho para reestabelecer a reposição dos direitos mínimos de vida, que é ter um salário digno para si e suas famílias.

E para agravar ainda mais, nós temos que registrar, mais uma vez, a situação de

denúncias que recebíamos por diversas vezes em nossos gabinetes e pelas andanças pelo Paraná afora. E temos a certeza de que a maioria dos Deputados desta Casa têm sido acessíveis aos trabalhadores do serviço público quanto à esta situação lamentável, caótica e crítica em que se encontra a saúde do servidor através desta vergonha chamada Instituto de Previdência do Estado, que existe dando atendimento precário e lamentável na Capital, dando atendimento precário e lamentável em Londrina e no resto das cidades do Paraná sem nenhum atendimento.

Nós pudemos presenciar este fato quando lá estivemos ontem, porque nós estamos indo, quando a denúncia vem ao nosso conhecimento, nós vamos "in loco" presenciar a verdadeira situação em que se encontra o determinado órgão denunciado. E ontem com consulta marcada, para uma pessoa de nossa família, para vermos se de fato o fato era real da denúncia que havia com relação ao péssimo atendimento do Instituto de Previdência do Estado, pudemos conferir durante 45 minutos a ausência dos médicos para aquelas especialidades que nós nos encontramos ali.

Um fato vergonhoso. Procura-se uma justificativa para saber por que o médico não está dando atendimento, ninguém sabe dar justificativa e as atendentes de enfermagem, quando procuradas, dizem que nada têm com aquilo que ali está e nem elas são responsáveis pela ausência ou não do médico. É algo lamentável. É algo deprimente. É algo vergonhoso. É algo que entristece o servidor público que paga religiosamente o Instituto de Previdência do Estado e esta Constituição aprovada nesta Casa dizia desse direito mínimo do trabalhador do serviço público em ter um atendimento à saúde.

Já se ganha um salário vergonhoso. Já se ganha um salário de fome e quando se precisa de atendimento à sua saúde, tem-se o desrespeito, tem-se o tratamento vergonhoso que se vê a nível de Instituto de Previdência, que eu tenho certeza que nas necessidades da maioria dos nobres companheiros Deputados deste Parlamento, não existe atendimento e nós sabemos que a situação é dramática, se ganha um salário de miséria para se manter uma família precariamente e se precisar de atendimento médico a coisa complica ainda mais.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós queremos pedir aqui a cruzada desta Assembléia Legislativa em prol desta situação caótica, desta situação vergonhosa em que se encontra o Instituto de Previdência do Estado, para que de fato o trabalhador do serviço público tenha pelo menos respeito com relação à sua saúde, já que não existe respeito com o seu salá-



rio e esta Casa tem recebido frequentemente a presença de servidores como aqui estão da EMATER, do ITCF e de tantos outros órgãos do Estado, pedindo a nós o que? Pedindo a nós que intercedamos pela vida difícil, pelo salário mingua em que todos se encontram.

Não adianta virmos a esta tribuna para denunciarmos o trabalho de sindicatos, achando que estes são subversivos ou que estes agem desta ou daquela maneira. Nós temos a certeza que a nossa realidade, a finalidade da nossa presença neste Parlamento, não é só para dizer amém, não é só para dizer sim Senhor, a coragem é obviamente de denunciar coisas tristes e que envergonham o Paraná como nós estamos vendo hoje com relação às manifestações diferentes e com relação à saúde do trabalhador do serviço público, lamentável através do Instituto de Previdência, que está sendo uma vergonha e ao invés de corrigirmos, nós estamos ouvindo por aí que todo esse processo passará para SUDS que já é outro fato lamentável e quando esse processo vai a nível de SUDS, condena-se o Governo Federal, pela falta de atendimento a este segmento.

E nós temos que ver e eu peço encarecidamente ao nobre Líder do Governo, nosso companheiro, nosso amigo Orlando Pessuti. Pessuti, é algo entristecedor, é algo que choca você chegar à fila do IPE, ontem nós chegamos às 12h30min naquele instituto e às 13h15min, não tínhamos ninguém que desse satisfação sobre o médico ou sobre médicos ali dentro que tinham que estar atendendo às 12h30min e os servidores desesperados, muitos voltando para casa depois de ter perdido um dia de trabalho. Nós queremos pedir aqui a Vossa Excelência e aos companheiros do PMDB e a esta Casa que nos mobilizemos e que o Governo do Paraná veja com muito carinho este estado deprimente em que se encontra a saúde do servidor, em que se encontra o atendimento do seu Instituto de Previdência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ovídio Constantino com a palavra.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras presentes.

Eu quero me referir nesta tribuna, provavelmente não quero me antecipar ou prejudicar, porque sei que o nobre Líder do PMDB irá fazer daqui a alguns instantes, mas para não perder o tempo, porque não tenho condição de falar depois do Pessuti, preciso fazê-lo antecipadamente.

Nós tivemos na última terça-feira de manhã, se não estou enganado, uma reunião do Bloco Parlamentar Agropecuário que ti-

nha por objetivo encaminhar as últimas discussões sobre a Lei Agrícola do Estado do Paraná e que estará sendo encaminhada daqui a alguns instantes pelo Deputado Pessuti à Mesa da Assembléia. Foi um trabalho árduo, foi um trabalho duro de todos os envolvidos, especificamente da Comissão designada para elaborar o anteprojeto da lei agrícola que depois de um primeiro anteprojeto acolheu inúmeras propostas de emendas e conseguiu sintetizar em torno de dez emendas que vieram de várias entidades representativas da agricultura. Para poder conciliar deve ter sido um trabalho árduo da Comissão que tentou juntar aí todas as propostas, as reivindicações de órgãos, de entidades, de produtores, para contemplar as suas aspirações na lei agrícola. Nós tivemos nesta última reunião a possibilidade de analisar o segundo anteprojeto com a última condição de encaminhar emendas e o Bloco Parlamentar Agropecuário, com uma deficiência por ausência de vários Deputados naquela reunião, teve condição de até quase uma hora da tarde encaminharmos, discutirmos o projeto agora final e as emendas. Eu gostaria de anunciar ao Plenário que nós tivemos a oportunidade e a possibilidade de apresentar inúmeras emendas ao projeto da lei, contemplando as necessidades sentidas quando do nosso contato com diversas entidades, após análise desse segundo projeto, e entendendo aí a possibilidade de que o Parlamentar poderia apresentar Emendas, nós tivemos a propositura de conversar com diversas entidades e levamos ao Bloco uma série de emendas para apresentar essa lei. O encaminhamento do Bloco Agropecuário de que essas emendas serão apreciadas na Comissão de Agricultura. E eu quero direcionar ou deixar claro aos Senhores Parlamentares quando da discussão na Comissão de Agricultura e neste Plenário que as nossas emendas tiveram única e exclusivamente a intenção de contemplar na Lei Agrícola, as reivindicações e as necessidades da pequena agricultura, do pequeno produtor rural, dos assentados, dos "sem-terra", do assalariado rural, que são os mini, pequenos produtores do nosso Estado, em torno de noventa ou mais de noventa por cento das propriedades do nosso Estado. Para enfatizar isto, chamando a atenção dos Senhores Parlamentares para as nossas emendas que irão em discussão na sequência desse projeto de dar alguns dados para comprovar que necessariamente nós temos que cumprir a Constituição Estadual, quando ela diz no seu artigo 154 que a Lei Agrícola terá que priorizar os mini, pequenos produtores rurais no nosso Estado, quando da sua elaboração. No município de Mangueirinha, um assentamento de 370 famílias, ocorrido em 1986 aproximadamente teve e tem exemplos concretos hoje de que a

concentração de terras não leva a nada, a não ser o lucro e a especulação pelos grandes proprietários. O Município de Manguaerinha, na Região Sudoeste do Paraná, tem a seguinte constatação: 88, a grande maioria das suas propriedades são micro, é pequena produção. O assentamento de agricultores sem terras nesse Município trouxe, como em Querência do Norte que já é do conhecimento desta Casa, uma grande elevação social para o município, a produção rural e assim por diante, gerando economicamente grandes lucros para a população, para os trabalhadores e crescimento social para o município.

Só para concluir e dar um dado que nos deixa essa concretização da prioridade para a pequena produção: o Governo, para cada um cruzeiro - atenção, Senhor Presidente, Senhores Deputados - de investimento, teve um retorno de renda de 3.48 cruzeiros, praticamente 3.50 por cruzeiro investido pelo Poder Público nesta área de produção no Município de Manguaerinha.

Dados concretos nos dizem que nenhuma área que está improdutiva, como aquela área de 10 mil hectares, que um proprietário aqui de Curitiba era o dono, sem nenhuma produção, de nenhum pé de alimento naquela área, hoje 370 famílias sobrevivem, produzem, números que em outra oportunidade eu vou detalhar aqui neste plenário nos deixam estarecidos em ver áreas improdutivas neste Estado, e proprietários, governos e autoridades não entendendo a necessidade de produção e facilitando a concentração de renda. E algumas propostas nesta lei estariam favorecendo isso que nós entendemos que deveremos apresentar emenda para modificar alguns casos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 16 das Disposições Gerais Transitórias, diz o seguinte: "A Lei Agrícola Estadual será elaborada e promulgada no prazo de 6 meses após o início da vigência da Lei Agrícola Federal".

É do conhecimento dos Senhores Deputados e dos demais que aqui estão, pelo menos a grande maioria entendemos nós, que no dia 17 de janeiro do presente ano, entrou em vigor a Lei Agrícola Federal, votado que foi e sancionada pelas autoridades constituídas deste País.

A partir daquele momento, possuindo já um balizamento, uma orientação, que era a Lei Agrícola Federal, e ocorrendo o início do período legislativo da nova legislatura, convocamos uma reunião conjunta do

Curitiba, quinta, em 13.06.91

Bloco Parlamentar Agropecuário e da Comissão de Agricultura e começamos a trabalhar naquilo que hoje estamos entregando à Assembleia Legislativa, aos Senhores Deputados e a todos aqueles que aqui estão o Anteprojeto de Lei, que pretendemos seja transformado na lei que disciplinará, estabelecerá as diretrizes de desenvolvimento rural da política agrícola do nosso Estado.

É nossa intenção, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que possamos promulgar essa lei antes do dia 17 de julho. O trabalho desenvolvido até então pelos Senhores Deputados, pela assessoria da Comissão de Agricultura e pela assessoria do Bloco Parlamentar Agropecuário, que contaram com o apoio incondicional dos servidores, dos técnicos da Secretaria da Agricultura, da EMATER-PR, da OCEPAR, da FAEP, da FETAEP, da UPAC e de outros tantos segmentos que, no dia-a-dia, compareceram às dependências do Bloco Parlamentar Agropecuário ou nas dependências de um dos plenários desta Casa para discutir com os nossos técnicos, com os nossos Deputados para oferecer propostas, para oferecer críticas, para corrigir aquilo que poderia ser corrigido.

Finalmente, no dia de ontem, quarta-feira, das 8h30min da manhã até as 13h, o Bloco Parlamentar Agropecuário e a Comissão de Agricultura, estiveram reunidos e os Senhores Deputados puderam debater artigo por artigo, capítulo a capítulo, parágrafo a parágrafo, as questões que estavam sendo propostas e que era resultado do entendimento havido entre essas entidades, essas instituições e a elas, somadas, evidentemente, a presença do médico veterinário e do engenheiro agrônomo que também participaram.

É evidente que, durante o processo de discussão, muitas dúvidas ainda pairaram, muitas dúvidas ainda se apresentavam e nós, em algumas delas, foram passíveis de correção naquele momento; algumas porém, diante da polêmica que era estabelecida, diante das dúvidas maiores que se apresentavam, não puderam ontem, naquele curto espaço de tempo, de quatro horas e meia de discussão, não foi possível, evidentemente, chegar a um resultado final. O que se entendeu no Bloco Agropecuário, na Comissão da Agricultura, no dia de ontem? Que, no dia de ontem entraríamos com o projeto. Não tivemos sessão, não foi possível. Estamos tendo a sessão de hoje e talvez uma das justificativas maiores por termos feito a solicitação de chamada nominal para que pudéssemos ter número para termos a sessão de hoje. A partir de hoje, ela começa a tramitar, Senhor Presidente. É nossa intenção, dado que ela já tendo sido vista e olhada por alguns assessores jurídicos desta Casa, e que não apresenta, na



opinião dessas pessoas, como é o caso do Dr. Daros, problemas de ordem constitucional, de ordem legal, é nossa intenção e iremos conversar com o Deputado Colombino e com os demais membros da Comissão de Constituição e Justiça, que ela, já na próxima terça-feira, possa ser aprovada por aquela Comissão, para que nós possamos na quarta, na quinta, na sexta-feira da semana ou na segunda, na terça-feira da outra semana, dentro da Comissão de Agricultura, avaliarmos uma a uma as emendas que forem propostas pelos Senhores Deputados.

Este é um apelo que fazemos a todos os Senhores Deputados. Esse documento que estamos entregando à Assembléia, não é fruto da cabeça do Pessuti, não é fruto da cabeça do Ovídio, do Nilton, do Tavares; é fruto de um trabalho que durou mais de quatro meses na Comissão de Agricultura e no Bloco Agropecuário. É fruto de uma harmonia de pensamento resultante da EMATER, da FAEP, da FETAEP, da OCEPAR, da Secretaria da Agricultura, dos agrônomos, dos técnicos agrícolas, dos veterinários, dos florestais, dos zootecnistas, fruto também do pensamento da União Paranaense de Associação de Criadores, com propostas da CUT, com propostas de todas as Associações ligadas ao meio rural e que têm alguma coisa com a produção desse Estado.

Não é uma proposta do Pessuti, não é uma proposta do Toti, do Lino, do Ritti, é uma proposta de um conjunto de Parlamentares, mais de vinte Parlamentares que ao longo desses mais de três meses estiveram quase que semanalmente, discutindo as propostas que lá chegavam.

Nesse sentido, me permito, Senhor Presidente, mais um minuto para concluir. Nós apelamos aos Senhores Deputados. Vamos fazer com que cada um dos Senhores tenham em suas mãos, hoje à tarde ainda, uma cópia desse anteprojeto, para que cada um estude as emendas que queiram apresentar, já que nós temos emendas, evidentemente, temos ajustado, na discussão de ontem, com o Deputado Ovídio, com o Deputado Toti, com alguns outros Deputados, e algumas emendas são necessárias, mas nós gostaríamos Senhor Presidente, Senhores Deputados, que essas emendas fossem discutidas na semana que vem, na Comissão de Agricultura desta Casa de Leis. Lá, nós teremos o fórum ideal para discutirmos e chegarmos, quem sabe, a uma proposta que já não será mais a proposta do Bloco mas sim uma proposta de toda a Assembléia Legislativa, para que nós possamos, ao final, nos últimos dias de funcionamento deste semestre legislativo, virmos a Plenário, aprovarmos a proposta da maneira que ela vir, como resultado do entendimento final, perante a Comissão de Agricultura e não mais retardar-

mos isso, que é um assunto aguardado pelos segmentos produtivos, pelos setores produtivos do Paraná.

Este é o apelo que fazemos, e queremos que, digo, queremos crer que a Assembléia Legislativa cumprirá com a sua obrigação. A Comissão de Agricultura e o Bloco Agropecuário terão cumprido com o seu dever e com as finalidades a que se propõe dentro desta Casa, em termos de defesa dos interesses do setor agropecuário do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - (Lê): "Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Temos feito, todos nós, o que o povo realmente quer? Temos ouvido a ele, temos sabido ouvi-lo? O canal que estamos empregando para este contato, é o ideal?

Temos, todos nós, consciência de que somos um PODER INDEPENDENTE? Temos agido com independência? Estamos preparados para exercê-lo desta forma?

Vejam, Senhor Presidente, Companheiros Deputados, não pretendo me excluir ou buscar culpados, buscar um ou outro responsável. Não! Desejo, apenas e tão somente, registrar em voz alta, mas com muita preocupação, pensamentos que me ocorrem! Não é frustração, não é desencanto, mas é uma sensação de que alguma coisa está errada, de que não estamos, como PARLAMENTO, fazendo tudo que podíamos! É esta a sensação que eu tenho.

Estamos acuados por manifestações das mais variadas origens, sobre nosso salário! Sobre eventuais regalias! E apressadamente, nos voltamos para mostrar que estamos em plenário, que fazemos sessões, que aprovamos leis, que viajamos, que telefonamos, que entregamos cadeiras de rodas, remédios, fazemos requerimentos! Isto é bom! Mas por que não assumimos o que ganhamos, escrevemos o que gastamos? O que é imoral? Onde reside a irregularidade? Afinal, quem socorre Prefeitos? Quem socorre as lideranças comunitárias, espremidas por um Executivo austero, forte e distante de uma Justiça sobrecarregada, as vezes confusa? Nós, Senhores Deputados, nós! Esta Casa é a mais democrática de todas! Mas não paramos para pensar! Estamos é preocupados em mostrar que não ganhamos muito? Claro que não! E não devemos ter vergonha disto! Mas o caminho não é ter frequência de 100%, não é abusar do microfone democrático desta Casa. O caminho, me parece, é outro! Mais complexo, mais envolvente!

Temos que promover grandes discussões, grandes polêmicas, mas de nossos grandes

problemas! Temos que pensar grande. Fazer do trabalho parlamentar, nas comissões, nos Gabinetes, no Plenário, na rua, em qualquer lugar, um trabalho popular! Para isto, precisamos nos equipar! Precisamos estar aptos a esta função, que é resultante de um novo tempo, de eleição marcadamente transformadora! Quem está aqui, passou por um crivo muito sério, muito exigente! O povo manifestou intenção de ver um parlamento diferente. Não cabe discutir com o povo. Cabe atendê-lo. Então, temos que nos conscientizar desta necessidade de mudança! E aí, vamos nos perguntar, cadê a infra-estrutura necessária? Afinal, que fizemos para dotar a Casa, dotar o parlamento do Paraná, da necessária estrutura de apoio?

Então, sem distinção, sem volta ao passado, sem preocupação de apontar "quem", vamos enfrentar a realidade. Vamos qualificar a Casa, com melhores equipamentos, com melhores salários aos servidores, propiciando-lhes chances de carreira, com os melhores técnicos a nível de mercado! Empregando a informática disponível! Ou desejamos produzir qualidade com o que temos hoje, uma situação distorcida, excessivamente quantitativa? E não ficemos na situação de criticar o comando executivo da Casa. Temos igual responsabilidade. Não temos oferecido soluções, caminhos. A Mesa Executiva responde pela direção da Casa, mas usando o que ela tem. Cabe-nos, a todos nós, autorizar mudanças, impor novo ritmo, compatível com os novos anseios da população.

Entendo excessivamente gasto o apelo pelo "resgate do valor político" ou "pela moralização do parlamento". Prefiro a busca da competência, a criação de novos mecanismos de ação, reciclando os pilares de apoio, técnico, parlamentar, político e operacional de nosso Parlamento! Podemos usar idéias, explorar o potencial disponível na Casa, encaminhar projetos de renovação, enfim, temos que fazer alguma coisa. Sacudir o PARLAMENTO do Paraná, sacudir a nós, Deputados e aqueles que vivem em função deste Poder e por causa dele! Sacudir por fora, sacudir por dentro!

Não prego a mudança selvagem, radical, imediatista. Mas sim uma revisão racional, criteriosa e que alcance o longo prazo. Que contemple nosso Legislativo para os desafios do futuro! E para isto, é importante o concurso da experiência, ouvindo nossos parlamentares de mandatos passados e levantando valiosos subsídios. Igualmente, usar a energia e a ousadia dos que chegaram agora. Esta simbiose irá fortalecer, irá revigorar nosso Parlamento!

Afinal, Senhores Deputados, de que adianta um grupo, isoladamente, assumir postura revisionista e quixotescoamente

pregar todas as reformas imagináveis, mas nada de concreto realizar? Não estaria contribuindo para a imagem que não queremos manter? Ninguém será salvador da Pátria! O caminho é o consenso, único e possível de conciliar as várias reivindicações!

Mas é fundamental manter a nossa independência, até para equilíbrio salutar da divisão de forças constitucionais do Estado!

Senhor Presidente, Companheiros Deputados.

Deve partir de nós, Deputados, Políticos por delegação popular das mais legítimas, a manifestação partidária! A decisão de apoiar ou não quem ocupa o Poder Executivo. Mas devemos fazer isto através dos Partidos, único oxigênio que pode dar vida a democracia! Logo, vamos refletir se é tão salutar quanto parece, a criação de blocos! Não estaríamos sufocando a ação política, depreciando as agremiações partidárias? Afinal, subimos em palanque, abraçamos programas partidários, nos identificamos com as grandes lideranças de nossos Partidos. E agora, acompanhamos a onda avassaladora que tenta afastar os partidos políticos das grandes decisões nacionais! Devemos refletir a respeito! É hora de fortalecer os partidos! Quanto mais fortes os partidos, mais saúde terá o país politicamente. E um Brasil politicamente adulto, é o que todos queremos!

A mudança de sigla partidária faz parte da dinâmica política! Mas ignorar o partido, é antidemocrático!"

(Termina de ler).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, permitam-me o registro dessas idéias, a manifestação que trago comigo e que tomei a liberdade de submeter à apreciação desse Plenário, mas estou convencido de que é hora de mudanças, de ajustes capazes de sacudir, como já disse anteriormente, sacudir o nosso Parlamento por dentro, por nós mesmos, por fora, obtendo reconhecimento da população. Vamos debater o Paraná, vamos debater os problemas dos paranaenses. O Executivo tem suas prioridades, quais são as nossas prioridades, quais são as prioridades do Legislativo paranaense, quais são as prioridades do Legislativo do Paraná? Nós sabemos que o Governador Roberto Requião estabeleceu suas prioridades: segurança, saúde, habitação, educação, e essas prioridades estão sendo levadas com muita seriedade. E nós, quais são as nossas prioridades? Será que não estamos muito pelo varejo, esquecendo do atacado? E Partidariamente devemos porfiar por nossas idéias, por nossos programas e por nossas convicções.

(Lê): "A propósito destas colocações, registro uma modesta contribuição, visando

somar esforços nesta reciclagem de nosso Parlamento! Chamo a atenção dos Senhores Deputados, de que em 1993, por força de nossa Constituição Federal, teremos um plebiscito nacional, que definirá modelo de governo de nosso país! Se não vier a acontecer antes, por consequência de movimentos que se fazem junto aos vários setores organizados da nossa sociedade. Mas temos que fazer desta Casa, de nossa Assembleia, a casa de ressonância sobre este assunto! Aqui, conosco, na mais legítima e popular Casa de políticos do Paraná, devem acontecer os debates, os estudos, para que daqui se tire a visão paranista!

Neste sentido, estou entrando na Mesa, com um requerimento propondo que se constitua Comissão de Deputados, de todos os partidos, para organizar, realizar e conduzir qualquer ação política que venha debater, discutir, o sistema de governo, a antecipação do plebiscito, enfim, liderar no Paraná o debate do assunto! Espero o apoio dos companheiros Deputados a esta idéia!"

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Não devemos ignorar o recado das urnas, recolhido em 1990! Não tentemos mudar a opinião popular. Ao contrário, vamos nos ajustar a ela! Não vamos aguardar a próxima eleição para saber qual o caminho! O povo não aceita mais!

Com esta preocupação, ocupei a tribuna desta Casa, no intuito de despertar a discussão, o encaminhamento de propostas!

O Sr. Nelson Justus - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Desejo nesta oportunidade cumprimentá-lo pela brilhante contribuição que traz a esta Casa, como também pela eloquência tão própria de V.Exa, com que nos oferta nestes instantes.

Gostaria de me ater, principalmente, a uma parte de sua fala, quando diz respeito à independência deste Poder. É em nome desta independência que todos devemos lutar. Parabeno-me com V.Exa. ao gritar em nome desta independência, até porque a fidelidade iraquiana pode nos trazer exemplos funestos. É em nome desta independência que todos temos que brigar, para evitar que este Poder continue recebendo verdadeiras sovas de bom senso e equilíbrio.

Parabéns pela idéia e tomara, oxalá a independência deste Poder seja realmente reestabelecida.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Muito obrigado.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente, minha saudação a todos os companheiros da EMATER e quero externar aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, o nosso reconhecimento pelo trabalho essencial que desenvolve em apoio à luta dos trabalhadores rurais, especialmente dos pequenos agricultores, e o inestimável apoio que desenvolve na luta pela reforma agrária e pelos assentamentos do nosso Estado.

Permitam-me os Senhores colocar uma discussão que entendemos essencial hoje neste momento em que o Governo do Estado do Paraná divulga pela opinião pública, pela imprensa a situação das fundações no nosso Estado, fundações que, segundo o nosso Governo, estão tendo os seus patrimônios comprometidos em razão daquilo que se denominou agora de indústria de ações trabalhistas. Eu acho que o que acontece hoje no caso da EMATER nos permite fazer um cenário muito claro do que ocorreu e do que irá ocorrer.

Vejam que parece que o nosso Governador confunde o Estado com a figura do Governador. O Estado como instituição tem a sua continuidade assegurada independente dos governantes eleitos periodicamente e como tal eles têm responsabilidades pelas suas ações futuras, no presente e no passado.

Todos sabemos que numa determinada época interessou ao Estado do Paraná colocar as fundações e as empresas públicas, no caso a EMATER, sob o regime de uma fundação de direito privado e como tal, na época conveniente ao Estado e ao Governo, se remeteu toda a discussão dos direitos trabalhistas para a esfera da iniciativa privada por ação unilateral do governo na época essas fundações e essas empresas passaram a ter a personalidade jurídica privada. Naquela época o governo assumiu o compromisso também, unilateralmente, de cumprir a legislação trabalhista que ampara os demais trabalhadores regidos pela CLT. Acontece que no momento seguinte, quando não mais convinha ao Governo, o Governo passou a desrespeitar os direitos assegurados em lei e isso acabou gerando ações trabalhistas, onde os funcionários dessas empresas exigiam o cumprimento da lei, exigiam a reposição, exigiam os seus direitos. A justiça dá a sua sentença e determina ao Estado que pague o que deve. Agora vem o Governador do Estado dizendo que essa situação se chama indústria, ho-

je, das ações trabalhistas. Uma indústria criada e de responsabilidade do próprio Governo.

Nós temos aí um debate hoje colocado e todos nós sabemos das dificuldades que o Governo atual enfrenta para solucionar esse impasse. Agora, é fundamental que se estabeleça a verdade e que se abra o jogo sobre o que efetivamente está ocorrendo.

Vejamos o caso da EMATER hoje: O Governo do Estado tem, por força de lei neste momento, na data-base de primeiro de junho, a obrigação de se sentar à mesa e discutir com os trabalhadores as condições de trabalho para o próximo ano, tem a obrigação de se sentar à mesa e, num processo de negociação direta, fechar um acordo coletivo. O que a EMATER está fazendo hoje? Ela está recusando se sentar à mesa e discutir uma proposta para esses trabalhadores. E aí, Senhores Deputados, qual é o caminho desta categoria? O caminho desta categoria é um só, possível e de acordo com a lei: ajuizar um dissídio coletivo e nesse dissídio coletivo, certamente, receberá da justiça assegurado o seu direito à reposição e assegurando a restituição e o restabelecimento da ajuda alimentação que foi suprimida em afronta ao artigo 468 a CLT. Talvez o próximo governante, quando receber o poder, o Palácio Iguaçu, dirá que não tem condições de pagar aquela ação que ficou enrolando na justiça três ou quatro anos para pagar. Por que é que o Governo não se senta hoje à mesa e estabelece um contrato como é a sua obrigação com essa categoria?

E o que é mais grave, Senhores Deputados, hoje confessadamente aqui neste plenário se disse, que a transformação em autarquia visa, sobretudo, remeter os débitos trabalhistas para a situação do precatório, requisitório, que na verdade significa o perdão de todas as dívidas trabalhistas do Governo para com seus funcionários. O que nós temos hoje não é a indústria da ação trabalhista, nós temos a indústria do calote dos direitos dos trabalhadores e mais do que isto, esse Governo e é bom que se saiba que esse Governo preserva os créditos das empreiteiras pela correção diária de juros e 12% a mais ao ano. Os credores privados do Governo, as empreiteiras que tocaram as obras, têm os seus créditos religiosamente corrigidos pelos juros de mercado e o salário dos servidores, esse não. Esse quando consegue o seu direito na justiça é ainda acusado de estar tentando dilapidar o patrimônio público, de estar criando uma indústria.

O Sr. Paulo Maia - V.Exa. me permite um aparte?  
(Assentimento).

V.Exa. coloca muito bem esta questão e

Curitiba, quinta, em 13.06.91

o que nós acrescentamos ainda no feliz pronunciamento de V.Exa. é que quem definiu a transferência de data-base unilateralmente, que para os servidores públicos era no mês de janeiro e tentou-se negociar por diferentes oportunidades a data-base para uma outra oportunidade foi o Governo do Estado, foi o Governo Álvaro Dias, o pior carrasco e a pior incompetência que já se viu em nível da administração em termos de servidores, a pior e a maior.

E esta situação toda está posta para o atual Governo, como de fato um dos frutos de uma herança mal administrada pelo Governo passado. Agora o Governo jogou a data-base para o mês de junho e nós acreditamos que o mais correto neste momento seria o Governo chamar as categorias para discussão dos nossos índices, não só de reposição, mas de reajuste salarial que não aconteceu. Era para ter acontecido no mês de janeiro e o Governo dando aqueles 185% em cinco parcelas, empurrou também a data base para não assumir a responsabilidade pelo caos de defasagem salarial que já havia na época.

Então, hoje, V.Exa. registra muito bem este fato, que lamentavelmente é uma das péssimas heranças ainda do Governo passado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para concluir, Senhor Presidente.

Lembrando que o titular da pasta hoje da Secretaria de Agricultura é o mesmo do Governo passado que remeteu a discussão dos salários para a iniciativa privada para a justiça do trabalho.

Eu quero finalizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazendo um apelo ao Governo do Estado para que tenha mais responsabilidade que os Governos anteriores, que se sente à mesa com os servidores, todos eles de todas as empresas do Estado, abra o jogo, mostre as contas do Governo e estabeleça um acordo possível que atenda os interesses maiores do Paraná e que atenda os interesses e os direitos dos trabalhadores desse serviço a nossa população.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.  
(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PSDB. Com a palavra o Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, não é mais novidade no Brasil o Governo afrontar a lei.

As derrotas na Justiça, inconstitucio-

nalidade de uma série de medidas do Executivo estão aí a nos mostrar que ainda estamos muito longe do Estado de Direito; que os nossos tecnocratas ainda não se acostumaram com a democracia.

- O País entregou-se com entusiasmo à luta pela volta das eleições diretas em todos os níveis, pelo fim do autoritarismo e do intervencionismo estatal, e depositou suas esperanças na constituinte. Acreditou, com razão, nessas idéias como meio de ordenar a Nação e devolver a nossa fé num futuro mais justo. Até agora a sua esperança e o seu entusiasmo foram em vão.

- Os brasileiros acreditam nas palavras do Presidente Collor, que nos prometia justiça social e prosperidade com o ingresso do Brasil no clube dos países do primeiro mundo. Primeiro mundo que se alcançaria a partir da diminuição do tamanho do Estado, da retirada do poder público de atividades que não lhe dizem respeito, do estímulo à eficiência, às iniciativas privadas, à competitividade e à concorrência. Infelizmente, as palavras do presidente até agora não produziram qualquer resultado.

- Em muitos pontos, as promessas não passaram de intenções, em outros, já se evidenciou uma enorme distância entre o discurso e a ação; entre as idéias anunciadas e a realidade praticada.

- Não quero que as minhas colocações sejam entendidas como uma crítica ao Presidente Collor. Não penso que ele quis nos enganar. Acredito, muito mais, que ele esteja sendo enganado pela tecnologia encastelada no Governo e que não tem compromissos com a sociedade.

- E o mais grave é que um dos exemplos mais claros e incontestáveis do desrespeito à lei; das práticas abusivas do poder público contrariando os discursos oficiais, vem, justamente, de uma das mais admiradas de nossas instituições: o Banco do Brasil.

- Ferindo o artigo 192 da Constituição Federal, que em seu inciso I proíbe a participação dos bancos em atividades não financeiras, o Banco do Brasil colocou em operação a sua corretora de seguros - a BB Corretora.

- O que se pode esperar de um País onde uma de suas instituições de maior credibilidade desrespeita a lei? Quem são os responsáveis por essa decisão? Quem pode autorizar alguém a passar por cima da Constituição?

- Senhor Presidente, Senhores Deputados. Se do ponto de vista legal o comportamento do Banco do Brasil é inadmissível, do ponto de vista ético é inaceitável. A BB Corretora, embora pertença a um Banco Estatal, não nasceu de uma política ou planejamento governamental nem para

atender interesses maiores da Nação. Ela existe simplesmente porque o Banco do Brasil, ao assumir a extinta COBEC em 1987, ficou também com a COBECOR, ou seja com a COBEC Corretora de seguros que transformou na sua corretora.

- Verdadeiro marco da história econômica do País, e um dos mais importantes instrumentos de nosso desenvolvimento, o Banco do Brasil se comporta, nesse episódio, como um gigante voraz e insaciável. Joga seu peso no mercado não para concorrer com grandes empresas, eliminar monopólios ou para ampliar uma atividade ainda incipiente entre nós se compararmos com outras nações...

- Ao se imiscuir na corretagem de seguros, o Banco do Brasil avança sobre uma atividade que deve ser exercida por profissionais independentes, ou seja, os corretores de seguros.

A BB Corretora é uma intromissão indevida do Estado num segmento que não exige a sua presença e o seu funcionamento trata a história secular do Banco do Brasil como instrumento de apoio aos setores produtivos e de desenvolvimento econômico e social.

- Essa situação se torna angustiante para os corretores de seguros, particularmente no interior de estados como o Paraná, onde os negócios giram em torno da agricultura, colocando as principais forças econômicas dos municípios nas mãos do Banco do Brasil. Todos nós conhecemos o poder e a influência que os gerentes desse poderoso banco estatal, exercem nas comunidades menores. Como pode um corretor independente, por mais qualificado que seja, competir com essa força que tem "status" de autoridade constituída?

- Tenho recebido inúmeras queixas dos profissionais de seguros. Eles estão apressados. Penso que é dever desta Casa assumir uma posição contra a existência da BB Corretora, não apenas porque é ilegal mas, também, porque é injusta e prejudicial a cidadãos independentes deste País.

- Só no Paraná, que é o terceiro maior mercado de seguros, cerca de mil pessoas, entre beneficiários diretos e indiretos, estão ameaçados de perder uma parcela considerável de seu meio de vida para engordar os negócios do Banco do Brasil. Negócio que por maior que seja a fatia conquistada no mercado de seguros, serão sempre insignificantes diante de seu tamanho e do volume de recursos que movimenta com a maior instituição financeira do País.

- Por essas razões, Senhor Presidente Senhores Deputados, peço que essa assembléia aprove requerimento de nossa autoria em defesa dos corretores de seguros contra a nefasta presença da BB Corretora no mercado de seguros. Corretora no merca-

do de seguros, e que o Banco do Brasil volte às suas origens, apoiando pequeno e médio agricultor e pecuarista deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PDT.  
(Declina).

Com a palavra o PMDB.

Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Excelentíssima Senhora Deputada, Srs. Deputados, funcionários públicos aqui presentes.

Sr. Presidente, nós não poderíamos deixar de registrar na data de hoje e, ao mesmo tempo, fazer um agradecimento todo especial à Comissão Executiva desta Casa, às Comissões Técnicas e aos Deputados, a quem sou grato neste instante e quero dividir essa gratidão com todos os Srs. Deputados.

Se nós alcançamos o nosso objetivo, o nosso ideal, em defesa dos empresários do nosso Estado no setor de confecção de cabines duplas, este mérito não só atribui ao Deputado Dirceu Manfrinato, autor do projeto, esse mérito se atribui à Assembléia Legislativa do Paraná, a quem sou muito grato. E quero agradecer ao Governador Roberto Requião pela forma de entender que o nosso projeto visava acima de tudo a garantia da estabilidade de mais de 1200 funcionários das firmas especializadas do Paraná e, acima de tudo, preservando a mão-de-obra especializada e trazendo do Paraná a outros Estados da Federação a nossa tecnologia no setor de fabricação de camionetes de cabines duplas.

E ontem, sancionado o nosso projeto na presença dos empresários do Paraná, na presença de vários Srs. Deputados, nós temos aqui a comunicar aos Srs. Deputados que, por outras razões, por motivos também de compromissos, não puderam comparecer ao Palácio Iguaçu, a lei do projeto de nossa autoria foi sancionada pelo Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião e que levou o número 9620 no dia 12 de junho de 1991.

(Lê):

"LEI Nº 9620

DATA: 12 de junho de 1991.

SÚMULA: Autoriza a substituição de cabines simples por cabines duplas, de veículos tipo pick-up ou caminhonetes, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizada a substituição de cabines simples por cabines duplas,

Curitiba, quinta, em 13.06.91

de veículos tipo pick-up ou caminhonetes, através das empresas legalmente estabelecidas no Estado do Paraná, independentemente do tipo de combustível utilizado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 12 de junho de 1991.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

JOSE MOACIR FAVETTI

Secretário de Estado da Segurança Pública"  
(Termina de ler).

Então, Srs. Deputados, Sr. Presidente, aqui nós cumprimos mais uma missão, delegada pela população do nosso Estado. Entendo que essa atitude da Assembléia Legislativa e do Governo, foi uma atitude de alcance, acima de tudo, social no nosso Estado.

Quero deixar registrado mais um vez, a nossa gratidão e aproveitar a oportunidade e dizer que há em nós, uma grande preocupação com relação aos funcionários do Banco do Brasil. Essa preocupação é em razão de vários anúncios feitos, especialmente feitos pelo Governo Federal, Ministério da Agricultura, na liberação de recursos para financiamentos do setor agrícola.

Nós já tivemos exemplos que marcaram a vitória do PMDB, ao Palácio Iguaçu, com o Governador Roberto Requião, por essas mentiras atribuídas pelo Governo Federal, enganando os lavradores do Paraná e do Brasil inteiro.

Recentemente anunciaram mais uma liberação de um trilhão de cruzeiros para a área agrícola. O Paraná teria sua participação no valor de duzentos bilhões de cruzeiros. A nossa preocupação em razão dos funcionários do Banco do Brasil e acaba comprometendo os gerentes do Banco do Brasil, os funcionários, principalmente do setor da carteira agrícola.

Nós queremos aqui, defender os funcionários do Banco do Brasil, uma vez que se anunciam os recursos pela imprensa e os recursos não chegam na agência do Banco do Brasil, evidentemente acabam colocando os funcionários do Banco do Brasil, em choque com os seus clientes e é lamentável num país como o Brasil, essencialmente agrícola - e aqui sempre defendi, desde o nosso primeiro mandato, de que um país só terá o seu avanço e que para que a população brasileira possa ter sobre a mesa, o pão de cada dia, nós só o teremos, a partir do momento em que nós injetarmos no setor agrícola, reconhecermos na verdade, que a agricultura é o sustentáculo do comércio, da indústria e de todos os segmentos da sociedade.

Eu lamento profundamente que esses fatos ocorram, praticamente botando em difi-



culdade os funcionários do Banco do Brasil.

Fica aqui esse alerta que fazemos à imprensa do Paraná, inclusive quero agradecer à imprensa pela colaboração, pelo apoio que deu ao nosso projeto, porque, com o apoio que tivemos da imprensa do Paraná, foi possível concretizar esse nosso desejo: a estabilidade das empresas das cabines duplas do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra a Liderança do PT.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois), de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constantes do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin no, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton César, constantes do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 28/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza a realização de plebiscito na gleba de São Jorge, lotes 129 a 228, originalmente pertencente ao município de Altônia, para que a respectiva população decida sobre a incorporação ao município de São Jorge do Patrocínio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

140/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA, que dá nova redação ao parágrafo 1º, da Lei nº 7.634, de 13.07.82, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 140/91. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, o Projeto de Lei nº 140/91.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/91, de autoria do Deputado MÁRIO BEZERRA, que declara de Utilidade Pública a "Clínica Médica Social Rural de Mandaguari". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/91, de autoria do Deputado ARTUR RITTI, que declara de Utilidade Pública a "Casa de Caridade São Vicente de Paulo", com sede e foro no município de Joaquim Távora. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", do município de São Tomé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/91, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que altera o artigo 1º da Lei nº 9.299, de 18.06.90, que criou "ad referendum" do resultado de plebiscito, o município de Pato Bragado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - A.P.M.I.", do município de Santa Cruz do Monte Castelo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que declara de Utilidade Pública o "Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba - COCEC", com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.



2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 184/91, de autoria do Deputado JOÃO IEN-SEN, que autoriza implantação de terminais de computadores em Postos Fiscais da Secretaria de Estado das Finanças, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 188/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o "Conselho Comunitário do Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 192/91, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Japurá". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1430-I, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430-D, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430-H, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1430-S, 1430-R, 1430-Q e 1430-O, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1424, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1422 e 1423, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1425, 1426, 1427 e 1428, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430-A, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na

forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1430-E, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430-M, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, o pedido é do gabinete de qual Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É do Deputado Rafael Greca. Trata-se de matéria da origem do Gabinete dele. Está Aprovado.

Requerimentos de n°s 1430-V e 1430-T, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430-I, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do solicitado.

Requerimento de n° 1430-B, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430-F, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1430-G e 1430-N, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430-P, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430-J, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do solicitado.

Requerimento de n° 1430, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA -(Para Encaminhar)- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Regime de Urgência solicitado pelo Deputado Orlando Pessuti coloca, no mesmo requerimento, a solicitação de Urgência para a votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que não vemos necessidade de ser em Regime de Urgência, uma vez que ele deve ser analisado até o dia 30 de junho, conforme manda a Constituição.

No mesmo requerimento coloca Regime de Urgência para o debate da transformação das fundações em autarquias, que, no nosso

entender, deve ser discutido amplamente com os representantes do Governo e os representantes dos trabalhadores e servidores daquelas fundações.

E também coloca, no mesmo requerimento, outros processos nos quais solicita suplementação de verbas para algumas Secretarias e algumas Fundações.

Tenho a dizer que, no mínimo, existe, por parte do líder do Governo, uma proposta de dizer que nós não queremos a suplementação de verba para estas instituições, dizendo depois que não tem verba por causa de alguns Deputados da Oposição.

Queremos dizer que se o Senhor Líder do PMDB, apresentar requerimentos separados sem dúvida nenhuma votaremos para tramitar em Regime de Urgência a suplementação de verbas para as instituições, Secretarias e Fundações que necessitarem, porque nós não queremos ser chamados de irresponsáveis, que estamos impedindo a execução de obras sociais, por parte do Governo.

Portanto, o que faz o líder do Governo é querer dizer que o Governo não está administrando bem por causa da Oposição que o impede.

Nós temos a dizer que se ele não está administrando bem, não por falta de verbas mas por falta de jogo político, de cintura política do Deputado Orlando Pessuti, que bastava solicitar em requerimentos separados e nós aprovaríamos os que fossem regime de urgência para suplementar verbas e votaremos contrário nesse caso a todo o requerimento, porque não contempla os anseios, as necessidades dos servidores, no atual momento.

Este requerimento deve ser desmembrado se assim o líder do Governo quiser o apoio de Regime de Urgência para alguns dos processos.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós entendemos, Senhor Presidente, que se for do entendimento da Mesa nós poderemos votar separadamente cada pedido de regime de urgência.

Nós não estamos aqui, evidentemente, para nenhum tipo de manobra e nem para amargurar a consciência do Deputado Florisvaldo Fier, que estará votando contra um conjunto de propostas de urgência de tramitação nesta Casa, algumas das quais ele concorda.

Então, Senhor Presidente, se for do entendimento de Vossa Excelência, de nossa parte não existe nenhum impedimento que seja submetido uma a uma as propostas, nós as apresentamos de forma conjunta até para uma questão de economia de tempo, porque nós temos aí uma série de outros assuntos para serem discutidos ainda hoje e nós gostaríamos de uma forma conjunta,

que tem, é uma prática deste Poder, aprovava-se aqui dispensa de redação final para todos os Projetos, nem cita o Projeto, então é uma prática do Poder Legislativo, não há aí nenhuma manobra.

Se Vossa Excelência entender como sendo possível, nós poderemos votar um a um separado, e se for do entendimento é da necessidade da Mesa, nós subscrevemos logo a seguir um a um os pedidos do Regime de Urgência.

E peço, neste momento, a todos os Senhores Deputados que venhamos a dar provimento a esse requerimento, aprovando-o, para que nós possamos dar agilidade que se faz necessária para que já no próximo dia 23, ou 24, última semana de trabalho desta Casa nesse período Legislativo, nós possamos ter na Ordem do Dia Projetos de emenda, lei de diretrizes orçamentárias, lei de políticas e diretrizes da agricultura do Paraná, suplementação para o Teatro Guaíra, para a FUNDEPAR, para a Escola de Belas Artes, e que possamos aprovar aqui lei do meio ambiente, lei enfim da transformação das fundações em autarquias, que está sendo proposto.

Se for do entendimento, portanto, de Vossa Excelência de nossa parte não há nenhum constrangimento de votarmos um a um; agora, peço aos Senhores Deputados que aproveemos o Regime de Urgência, porque entendemos ser necessário neste instante.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Nós entendemos que hoje, quinta-feira, a última sessão da semana, achamos que é perfeitamente possível o Líder do Governo desmembrar um a um esses requerimentos e dar entrada à Mesa, novamente para que possamos votá-lo segunda-feira sem prejudicar o ....

O SR. ORLANDO PESSUTI - Aí é manobra política de Vossa Excelência, vamos parar com a demagogia.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quando o nobre Deputado Orlando Pessuti fazia uso da palavra, educadamente prestei atenção e guardei em silêncio e ele não está tendo o mesmo comportamento em relação à minha pessoa.

Senhor Presidente, nós até queremos, questionamos os regimes de urgência, porque são também totalmente contraditórios, no mesmo instante em que propõem transformar as fundações em autarquias, remete suplementação de verba para algumas daquelas fundações, e isso inclusive nos deixa dúvida do porquê desse comportamento de remeter verba a uma fundação que dentre em breve, se deixar pela vontade do bloco Governista e do Senhor Governador, não existirão mais. Portanto, até nisso é contra-

ditório e é necessário um debate mais profundo.

Por isso desdobrar-se nos requerimentos. E antes, Senhor Presidente, antes da votação dos requerimentos solicito por parte de Vossa Excelência verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Afinal, como é que nós ficamos?

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - A proposta nossa, Senhor Presidente, é que votemos em bloco, agora, se houver entendimento de Vossa Excelência em atender a reivindicação do Deputado Florisvaldo Fier, Vossa Excelência poderá colocar um a um os nossos pedidos de Regime de Urgência às matérias constantes no nosso Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas a proposta do Deputado Doutor Rosinha já evoluiu, ele quer que Vossa Excelência apresente segunda-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Essa proposta já foi apresentada segunda-feira passada, Senhor Presidente, e por entendimento com os Deputados desta Casa, tendo em vista o debate que nós teríamos hoje de manhã, nós dissemos que retirávamos naquela ocasião para reapresentá-la hoje.

Então, não há razão para nós irmos buscar no saudosismo de nossa parte com referência às segundas-feiras; nós preferimos o dia treze, que é o dia da sorte.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, sabendo de todo o caráter democrático de Vossa Excelência, está em vossas mãos. Antes de qualquer votação solicito verificação de quórum.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Antes de verificação de quórum, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será feita a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O Sr. 1º Secretário, Deputado Rafael Greca, procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILTON BARBOSA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O Primeiro Secretário poderia ser mais lento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Durante a chamada nominal) - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Sabemos que o Primeiro Secretário é

Curitiba, quinta, em 13.06.91

uma pessoa culta, mas faria um apelo a ele, que fizesse a chamada nominal com menos pressa porque não foram nem soadas as campainhas para que os Deputados, nos gabinetes, pudessem ouvi-las.

Solicito à Presidência a gentileza de soar as campainhas para que os Deputados possam descer ao Plenário.

Na medida que o Senhor Secretário faz a chamada é impossível a chegada dos Senhores Deputados dado a hora em que os elevadores devem estar superlotados.

Outra questão que faria à Presidência, o Deputado que responder presente, evidentemente que prevalece o voto, a presença dele em Plenário, não é, Senhor Presidente?

Mesmo que ele se retire tentando obstruir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Regimento Interno prevê quem participar da votação. O requerimento ainda não entrou em votação. Mas acredito que quem responder a chamada vai participar da votação.

Não é obrigado mas pode responder.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Rafael Greca) - Senhor Presidente, fui questionado na minha condição de Secretário "ad hoc", solicito que um Deputado do PMDB faça a chamada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - É mais uma manobra do ilustre e culto Deputado Rafael Greca de querer que o partido do PMDB ocupe a Mesa para que ele possa se retirar do Plenário, como é do costume do Deputado de fugir da responsabilidade.

Não estou aqui preocupado se vou ser vaiado pelas galerias, ou se vou ser aplaudido. O que me importa é a minha posição de Deputado. Votando favorável, ou contra, estou aqui presente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Senhor Presidente, conclamo ao Deputado Rafael Greca que tenha para com este Parlamento e para com este Deputado que fala no momento, a mesma compreensão que tivemos hoje no período da manhã.

Numa reunião que não nos obrigava a certo comportamento regimental, concedemos a ele o direito de questionar os nossos expositores quando estávamos na fase preliminar, à disposição.

Fica claro, mais uma vez, que aqueles que nos criticam de autoritarismo, de falta de democracia, são justamente aqueles que os praticam, fugindo do Plenário, abandonando a Mesa, não querendo dar condições para que a sessão prossiga.

Solicito ao Deputado José Tavares, da Bancada do PMDB, que ocupe o lugar do Primeiro Secretário e que proceda a chamada nominal, dentro daquilo que determinam os Deputados do Bloco que continuaram dormindo e não desceram até agora, reclamando da esperteza dos que se retiraram dentro dos moldes democráticos do Parlamento, uma vez que o que o Bloco deseja é que deitemos e passe por cima essa patrola destruindo todos nós.

Portanto, nós entendemos que é só para demorar mais e desejamos que seja feita rapidamente a verificação de quórum.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Que fique claro, Senhor Presidente, mais uma vez que quem está tentando tumultuar e fazer toda essa problemática é o Deputado Florisvaldo Fier, foi ele que pediu verificação de quórum, foi ele que interrompeu o bom andamento em que a sessão vinha tendo na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Composta a Mesa, o Senhor 1º Secretário vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados. Os Senhores Deputados responderão presente em voz alta para que o Secretário possa anotar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Tavares) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam a chamada, 23 (vinte e três) Senhores Deputados, não há quórum para votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência duas finezas: a primeira de fornecer uma certidão com as pre-

senças na sessão de hoje e a segunda, de registrar a presença do Prefeito de São Jorge do Patrocínio, Cláudio Palozzi, que veio acompanhar a votação do nosso Projeto de Resolução nº 28/91, e agradecer aos Senhores Deputados já pela segunda aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será fornecida a Vossa Excelência, a certidão da sessão de hoje.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, só uma questão, a presença da sessão de hoje será publicada no Diário da Assembléia, como tudo é publicado, provavelmente o Deputado Nilton Barbosa, não sabe disso para pedir certidão de presença, com tanto tempo de Casa...

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu não preciso da aula do Doutor Rosinha, porque eu preciso da certidão para que eu possa fazer uso dela.

Tenho conhecimento sim do Diário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a incidir, a sessão está encerrada, transfiro o requerimento de urgência do Deputado Pessuti, do Deputado Ernani Pudell e da Bancada do PT, para a próxima segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/91.

Levanta-se a sessão.